

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS
BACHARELADO EM LINGUÍSTICA

GABRIELLI DOS SANTOS PEREIRA

**MANUAL DE LINGUÍSTICA FORENSE APLICADA EM SITUAÇÕES DE
AMBIGUIDADE E PRESSUPOSIÇÃO**

SÃO CARLOS

2022

GABRIELLI DOS SANTOS PEREIRA

**MANUAL DE LINGUÍSTICA FORENSE APLICADA EM SITUAÇÕES DE
AMBIGUIDADE E PRESSUPOSIÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento
de Letras para a obtenção do título de Bacharel em Linguística
pela Universidade Federal de São Carlos.

Orientador: Prof. Dr. Dirceu Cleber Conde.

SÃO CARLOS

2022

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, aos meus pais que sempre me apoiaram e torceram por mim durante a minha graduação, aos meus irmãos que sempre me incentivaram e ouviram os meus choros, aos meus pets que passaram pela minha vida ao longo desses cinco anos, em especial ao Marley no começo da graduação, e à Diana, no final.

Aos meus professores e, em especial, ao meu orientador Dirceu Cleber Conde e meu coorientador, Yan Masetto Nicolai, pelas informações prestadas, atendimentos, reuniões, por acreditarem em mim e nesse trabalho.

Sem vocês, não seria possível eu ter chegado até aqui, obrigada.

Convenções de notação científica

A, B, C variáveis sentenciais

a, b, c constantes individuais; servem para pessoas em expressões como "indivíduo a se refere b"

x, y, z variáveis individuais

= identidade ou igual a

≠ diferente de

>> pressupõe

|| acarretamento

+> tem como implicatura

~ negação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 LINGUÍSTICA FORENSE	7
2.1 Linguística Legal	16
3 AMBIGUIDADE	20
4 PRESSUPOSIÇÃO.....	28
5 LINGUÍSTICA	36
5.1 Sintaxe	39
5.1.1 Sintaxe Tradicional	39
5.1.2 Sintaxe Estrutural.....	39
5.1.3 Sintaxe Gerativa	40
5.1.4 Sintaxe Funcional	40
5.2 Semântica	40
5.3 Pragmática	45
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

A Linguística Forense é uma das vertentes da Linguística Aplicada (LA). No entanto, é preciso ressaltar que a Linguística Aplicada no contexto brasileiro tomou outros contornos, principalmente aqueles relacionados ao ambiente educacional e à aquisição da linguagem. Fora do Brasil, a *Applied Linguistics* - Linguística Aplicada em inglês - tem como principal característica o estudo da aplicação teórica, a fim de encontrar padrões e situações em que o campo teórico seja colocado à prova através da prática (SOUSA-SILVA, 2015).

A LA possui caráter científico, pois tem a linguística, ou seja, a ciência da linguagem como sua base subjacente. Além disso, ela definiu suas nomenclaturas e procedimentos próprios tendo em vista problemas construídos no uso de linguagem na prática. Na Europa e nos Estados Unidos, essa ciência não é tão recente quanto no Brasil. A LA está intimamente ligada ao contexto sócio-político instaurado em meados do século XX, no qual a linguagem se tornou uma questão crucial para a defesa e/ou ataque dos países durante a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, há uma abundância de técnicas e resultados das investigações teóricas sobre as línguas para a solução de problemas educacionais e sócio-culturais.

Neste trabalho, daremos foco à Linguística Forense (LF), uma das áreas da LA do exterior. O estudo da linguagem em contextos forenses, avança sobre todas as situações em que a linguagem interage com o sistema jurídico, judiciário e ético. A LF surgiu com o intuito de auxiliar a aplicação da lei, ou seja, na investigação de crimes e na persecução de criminosos e contraventores.

Nesse sentido, como as línguas transpõem várias esferas, os conceitos da linguística, no âmbito jurídico, podem ser de interesse em vários campos, indo desde a comunicação da corporação policial, até servir para análises de plágio de documentos, veracidade de cartas de suicídio, entre outras demandas; ou ainda o uso da evidência linguística de diferentes ordens (fonológica, morfossintática, discursiva, pragmática), na análise de autoria de crimes, identificando culpados, vítimas e testemunhas, entre muitas outras aplicações.

Como dissemos, mesmo sendo uma área pouco estudada no Brasil, tanto no meio acadêmico, quanto no meio jurídico, a LF pode ser muito importante na resolução de casos, no processo de determinar perfis criminosos, e ser de grande utilidade para a sociedade ao se constituir como uma área de aplicação que ajuda no esclarecimento de fatos e crimes.

Neste trabalho, teremos como objetivo compreender ou dirimir problemas relacionados às ambiguidades e pressuposições que ocorrem dentro do ambiente jurídico. Entretanto, não

compete a nós a “busca por culpados”, ou qualquer tipo de julgamento, mas servir como material técnico-metodológico de consulta para os profissionais da área jurídica.

O propósito principal desta pesquisa é responder duas questões: i) qual o papel da Linguística Forense, explorando os conceitos da ambiguidade e pressuposição?; ii) Uma análise linguística sobre proferimentos ambíguos e pressupostos, é capaz de auxiliar autoridades na tomada de decisões em julgamentos? Nossa hipótese é de que a LF pode mobilizar um conjunto de conceitos oriundos da Semântica, Sintaxe e Pragmática, apontando tecnicamente a ambiguidade e a pressuposição de modo a orientar soluções jurídicas.

Isso significa dizer que a solução apresentada por uma abordagem forense não resolve o proferimento¹, mas indica as condições de produção da ambiguidade e pressuposição, dando suporte às investigações, análises e, quiçá, decisões judiciais.

Assim, apresentaremos a seguir alguns conceitos-chave fundamentais a fim de responder às perguntas aqui levantadas. Em um primeiro momento, trataremos da Linguística Forense de forma mais detalhada, esmiuçando seus estudos, campo e área de atuação. Posteriormente, com base na LF, vamos expor a divisão dos termos “forense” e “legal”, para então abordar - de modo mais claro - a Linguística Legal. Posto isso, debruçarmos sobre nossos objetos de análise - Ambiguidade e Pressuposição -, dando-lhes enfoque específico com exemplos precisos de seus usos. Ao nos aprofundarmos, passaremos brevemente pela Semântica, Sintaxe e Pragmática formais, as quais são indispensáveis para a realização deste trabalho.

¹ O uso da derivação do verbo “proferir” se dá pela escolha de uma linguagem jurídica, mais técnica e comum na área do direito. O “proferimento” abarca tanto um texto escrito como falado.

2 LINGUÍSTICA FORENSE

A Linguística Forense é a aplicação da linguística em contextos judiciais e investigativos, com o objetivo de analisar e interpretar dados linguísticos para auxiliar na solução de crimes e na tomada de decisões legais. É possível, dessa forma, observar alguns padrões, compreender os mecanismos por trás da escolha do léxico e a intenção de um texto - seja ele escrito ou verbalizado. A análise linguística pode ser usada para determinar a autenticidade de documentos, como cartas de ameaça, confissões e testamentos; para avaliar a coerência e a consistência de testemunhos e depoimentos; e para identificar características linguísticas que possam ser relevantes em uma investigação. A Linguística Forense abrange várias subáreas, incluindo:

- **Análise de autoria:** os linguistas forenses podem determinar a autoria de documentos desconhecidos ou questionáveis, comparando-os com amostras de escrita conhecidas. A análise de autoria pode ajudar a determinar a autenticidade de documentos em casos criminais, tais como cartas anônimas, ameaças, extorsões e outros tipos de comunicação.
- **Análise de discurso:** os linguistas forenses podem analisar o discurso de indivíduos em testemunhos e depoimentos, avaliando a coerência e a consistência das informações apresentadas. A análise de discurso também pode ajudar a identificar pistas que possam levar à solução de crimes.
- **Análise de evidência linguística:** os linguistas forenses podem analisar evidências linguísticas em documentos, como erros ortográficos e gramaticais, erros de pontuação e uso de gírias ou jargões. Essas características podem ajudar a identificar características específicas do autor de um documento desconhecido.
- **Análise de dialetos:** os linguistas forenses também podem analisar dialetos regionais e sociais para ajudar na identificação de suspeitos em casos criminais.

A Linguística Forense é uma área de crescente importância em contextos jurídicos e investigativos, já que permite identificar detalhes e pistas relevantes de um discurso ou um texto que podem passar despercebidos por profissionais de outras áreas. Vale ressaltar que quanto mais informações dentro de uma situação comunicativa, mais fácil se torna o entendimento e a investigação de cada caso.

Dentro dos estudos da linguagem, a LF se consolida a passos rápidos como um possível novo campo de atuação para profissionais da linguagem, isto é, abre espaços no mercado de

trabalho, até agora muito restrito e voltado ao ensino de línguas e trabalhos de tradução. A investigação criminal não é a única área em que um linguista forense pode trabalhar. Seus conhecimentos podem ser úteis para empresas, sobretudo no setor de Recursos Humanos e no Departamento, analisando o perfil dos candidatos e auxiliando no processo de recrutamento de colaboradores. Ou seja, a profissão seria essencial para identificar pessoas ideais para cada vaga de emprego disponível e na gestão estratégica de pessoas.

Para melhores estudos discursivos em contextos profissionais, a Linguística Forense é uma disciplina acadêmica recém-criada, presente principalmente em países de língua inglesa. A Associação Internacional de Linguistas Forenses (*International Association of Forensic Linguists, IAFL*), fundada em 1993 na Grã-Bretanha, demonstra a importância da área, tendo mais de 300 membros ativos entre acadêmicos, advogados e policiais. Esse grande campo de atuação se volta para a análise da linguagem em todos os tipos de interação no contexto jurídico. O trabalho de linguistas forenses se desenvolve principalmente no estudo e na análise das três seguintes áreas: Linguagem e Direito; Interação em Contextos Forenses; A Linguagem como Prova/Evidência. Este trabalho se inscreve nas duas primeiras linhas, a depender do problema forense a ser investigado.

A título de curiosidade histórica, a LF ficou conhecida no mundo entre os anos 1996-1998 por meio de James Fitzgerald, um agente do FBI e *Criminal Profiler*,² um dos pioneiros a aplicar Linguística Forense nos Estados Unidos. Fitzgerald tornou-se um personagem fundamental da série *Manhunt: Unabomber*, como um dos agentes responsáveis pela prisão de Ted Kaczynski, indivíduo condenado por plantar 16 bombas nos Estados Unidos e que ficou impune por 17 anos, se tornando um dos criminosos mais conhecidos e notórios de sua época. Para auxiliar suas investigações, o linguista fez uso da LF, a área do conhecimento que analisa a linguagem escrita e falada por meio de métodos científicos. Por meio de um manifesto escrito pelo *Unabomber*, Fitzgerald transformou as palavras ali contidas em pistas para descobrir o verdadeiro *serial bomber*³. A partir dessas palavras, foi viável a identificação de, por exemplo, o nível de escolaridade, os pontos de vista e estilos próprios de Ted Kaczynski.

Existem também outros dois processos investigativos famosos pelo mundo que contaram com a LF. O caso de Derek Bentley em 1953, na Inglaterra, é considerado hoje um

² No português, perfilador criminal. Profissional que se dedica a traçar o perfil de um criminoso através da análise comportamental. Para isso, faz uso das técnicas de *criminal profiling*, compreendida no domínio da Psicologia Forense.

³ Expressão em inglês que se refere aos indivíduos que espalham pelas cidades dispositivos que explodem, ferindo pessoas em massa.

dos primeiros a utilizar a LF. Bentley foi condenado à morte por enforcamento após ter sido acusado de assassinar um policial durante uma tentativa de assalto. Após a reavaliação linguística forense, teve sua condenação anulada posteriormente em 1993. Em meio a várias outras evidências reanalisadas, o linguista forense britânico Malcolm Coulthard constatou que o depoimento do acusado havia sido forjado por policiais, uma vez que a forma a qual Derek Bentley usava o advérbio “então” não correspondia com o que foi encontrado nos depoimentos registrados no processo, mas, que este uso era o mesmo empregado por um dos policiais do caso em questão.

O outro caso memorável da investigação linguística forense teve grande sucesso no perfilamento criminal das Américas. O processo levou à identificação do mexicano Rafael Guillén, em 1995, a verdadeira identidade do Subcomandante Marcos, líder do Movimento Zapatista de Libertação Nacional. Seu idioleto muito característico, com marcas gramaticais, vocabulares e estilísticas muito próprias permitiram o perfilamento linguístico do líder político, que inclusive o faria ser identificado como um pacifista.

Diante desses casos, podemos verificar o uso da linguagem para fins investigativos, variando em ligações telefônicas, gravações de interrogatório, cartas de suicídio e até cartas anônimas de ameaça, por exemplo. Por meio dessas evidências é possível observar contradições, maneirismos, e as emoções relacionadas ao que está sendo dito ou escrito, descobrindo inclusive características particulares de seus autores, bem como faixa etária, nível de escolaridade, classe social, gênero, ocupação e estilos de fala.

A LF possibilita a análise e compreensão de diversas formas de expressão linguística que estejam relacionadas a um crime, funcionando como uma peça decisiva em algum momento da investigação, inclusive para identificar o autor de um crime, ponto em que agrega aos conhecimentos do *Criminal Profiling*. Concerne a um campo da linguística que usa a estatística para descrever as propriedades estilísticas de um texto.

É usada para identificar o estilo de um autor, por exemplo, identificar um autor de textos antigos, um autor anônimo (por exemplo, em casos de ameaças), tendo como objetivo traçar perfis de possíveis culpados e determinar um campo menor de suspeitos até encontrar o culpado - como foi no caso *Unabomber* em 1978-1995 - A estilometria segue uma abordagem quantitativa, que identifica as unidades objetivas de um texto, dependendo do ponto de vista linguístico, por exemplo: um uso característico regional, uma expressão pouco usual, entre outras pistas linguísticas.

A variedade linguística deixa evidências de estilos - escolhas totalmente individuais de léxico e de estrutura - com os quais é possível associar indivíduos ou uma classe de indivíduos que têm as mesmas características, existentes em documentos de autoria questionável. O ramo da linguística que estuda as características dos usos distintivos da língua, e estabelece a partir disso, princípios capazes de explicar as opções feitas pelos falantes da língua é a Estilística.

Dessa maneira, a análise estilística forense busca estabelecer um conjunto de atributos estilométricos, como parâmetro de análise das variabilidades entre autores distintos, tais como: a frequência de palavras incomuns; a média do tamanho das orações; pontuação, espaçamento/pausas - características de estilo que sejam mensuráveis. Na estilometria, pode-se inclusive verificar que grau de instrução envolve um lematizador⁴ para reduzir as formas lexicais a entradas de dicionário e sua riqueza limita o número de ocorrências. As categorias gramaticais são examinadas usando um identificador gramatical.

Em resumo, a estilometria é, logo, um elemento importante da LF, e vem sendo aplicada na identificação de características de estilo de escrita de um autor em particular e na procura de conjuntos de características estilísticas associados a diferentes gêneros dentro da área forense.

No Brasil, a Linguística Forense ainda está em recente desenvolvimento. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é um dos centros de maior prestígio da LF. A instituição possui um sólido grupo de pesquisa que envolve 4 professores/as do Colegiado das Pós-Graduações de Estudos da Tradução e Estudos Linguísticos do Centro de Comunicação e Expressão (CCE). O líder deste grupo de pesquisa é o Prof. Dr. Malcolm Coulthard, um dos fundadores da área no âmbito internacional, e o primeiro presidente da Associação Internacional de Linguística Forense.

A formação e a incorporação de futuros(as) membros atuantes entre estudantes de pós-graduação, ou ainda a atualização e o aperfeiçoamento de profissionais atuantes e/ou interessados em estudos da linguagem e em estudos jurídicos (professores(as), advogados(as), policiais, tradutores(as) e intérpretes legais) é uma questão prioritária no âmbito brasileiro. A troca de saberes e de experiências nas duas áreas contribuirão significativamente para a formação das novas gerações, assim como para as suas práticas acadêmicas e profissionais. A Linguística Forense, portanto, é uma ponte entre estes saberes.

⁴ A representação gráfica das palavras dicionarizadas recebe o nome de lemas (ou formas canônicas). Assim, a lematização seria o ato de representar as palavras através do infinitivo dos verbos e masculino singular dos substantivos e adjetivos.

Tendo iniciado suas atividades a partir da análise de autoria e desenvolvendo no ambiente jurídico, o uso das teorias da Semântica, Sintaxe e a Pragmática formal em situação judicial passaram a compreender atualmente, no âmbito da LF, um vasto leque de objetos de análise: a atribuição de autoria; o plágio; os aspectos do discurso jurídico e sua tecnicidade; os traços do discurso político, abusivo, discriminatório; a interpretação e tradução jurídica; os interrogatórios policiais e confissões; a detecção de fraudes textuais, marcas e propriedade intelectual; o perfil de testemunhas e jurados; a descrição do perfil do criminoso; as transcrições; a identificação de falantes.

As grandes conferências sobre o tema discutem a contribuição e as conquistas desses estudos no que diz respeito à sua utilidade como fonte externa e auxiliar da justiça, bem como seu grau de autonomia teórica. Sites especializados na área forense descrevem que os peritos nas referidas práticas de linguagem têm como função estudar e realizar testes para caracterizar as particularidades da fala individual e definir os parâmetros do que corresponde à “impressão digital” da fala.

A “impressão digital” é entendida pelos linguistas forenses como “marcas” próprias de cada indivíduo, um dos elementos a serem considerados e analisados a fim de ajudar em soluções de crimes e na identificação humana em geral, bem como acontece com os desenhos de nossos dedos e mãos. Na LF, em vez de linhas curvas que funcionam da mesma forma que o RG, temos aqui o formato, o conteúdo e organização individual de um documento, em especial no que concerne à pontuação, abreviações, ortografia, erros, variação lexical, organização das estruturas frasais, variação semântica, uso de maiúsculas ou minúsculas, interferência de outras línguas no meio da fala ou escrita (estrangeirismos), palavras e expressões usadas com frequência elevada.

Em contrapartida e complementando a pesquisa, a Pragmática (RAJAGOPALAN, 2018) estuda a linguagem do ponto de vista dos falantes, das escolhas linguísticas que fazem, e do efeito que essas escolhas têm nos outros. A partir dessa área da linguística, os conceitos da Ambiguidade e Pressuposição serão necessários para desencadear uma segunda possibilidade de interpretação de uma sentença. Analise o exemplo a seguir, imaginando uma testemunha proferindo a sentença abaixo na hora de jurar a verdade em um tribunal:

(1) Eu juro dizer a verdade, somente a verdade e nada além da verdade. Mas só em algumas situações.

Essa frase contém ambiguidade - e até mesmo um certo humor -, pois ao mesmo tempo

em que ela afirma dizer a verdade, ela usa “mas só em algumas situações”, adicionando uma negação e uma incerteza em que tudo o que foi dito. Isso também acionaria a condição de pressuposição entre o juiz e o júri de que a testemunha poderia estar mentindo o tempo todo. Claramente este é um exemplo que não aconteceria em um tribunal, já que seu depoimento automaticamente não teria validade - nem utilidade -, em um caso.

A pressuposição pode ser melhor entendida em questões sim-não, formalmente conhecidas como questões polares, nas quais as únicas respostas esperadas são "sim" ou "não" - apresentam uma disjunção exclusiva.

(2)

- a. Você batia nela faz tempo?
- b. Não ~

Ao indivíduo b responder essa pergunta, mesmo sendo uma negação (~) ele faz com que o interlocutário pressuponha (>>) que ele de fato bateu em uma terceira pessoa no presente. A questão polar pode acarretar (||) tanto em pressuposições, quanto em ambiguidades. Vejamos o exemplo:

(3) João bebeu cerveja ou vodka?

Contaremos com a Sintaxe para esclarecer o que acontece aqui. A frase acima é uma coordenada alternativa, evidenciada pelo conectivo “ou”, o responsável por estabelecer a ambiguidade aqui presente. As questões alternativas podem apresentar uma disjunção inclusiva em que o valor lógico é verdadeiro se todas as proposições também forem (podendo escolher as duas bebidas, nesse caso), ou uma disjunção exclusiva, com valor lógico verdadeiro se e somente se uma das partes for verdadeira e a outra falsa (só é possível escolher uma bebida aqui). É interessante perceber aqui que nos dois casos - tanto da disjunção inclusiva quanto na exclusiva -, pressupõe-se que João bebeu alguma bebida alcoólica, basta descobrir qual (ou quais).

No domínio da Pragmática, temos que os pressupostos são, assim como os acarretamentos (este está mais ligado ao valor de verdade, à Semântica) e as implicaturas conversacionais, um dos tipos de implicações. Para tratar tais Inferências Pragmáticas, e a questão da significação na linguagem natural, usaremos Paul Grice (1975). Como demonstrado em “*Meaning*” (1957), a preocupação central de Grice era encontrar uma forma de descrever e

explicar os efeitos de sentido que vão além do que é dito, isto é como seria possível um enunciado significar muito mais do que é literalmente expresso - as chamadas Implicaturas Conversacionais. Para discorrer melhor sobre esse tipo de Inferência, vamos comentar brevemente a respeito da Teoria da Comunicação de Grice.

Para o autor, quando dois indivíduos estão dialogando, existem regras implícitas que governam o ato comunicativo - “princípio de cooperação”, o qual se constitui de quatro categorias chamadas Máximas Conversacionais. Essas regras do ato comunicativo talvez tenham sido aprendidas durante a aquisição da língua, de forma conjunta. Assim, o falante de uma língua natural também conhece os efeitos de sentido que uma mensagem em sua língua materna pode adquirir pela ação das regras do jogo comunicacional a que está submetido.

A pergunta "você pode pegar a mostarda?" se assemelha a uma simples questão polar que pode ser respondida com um "Sim, eu posso" ou "Não, eu não posso". Entretanto, vamos assumir que a linguagem é usada não só para troca de informações ou descrições dos estados das coisas que existem no mundo. Há uma série de ações que realizamos quando a empregamos: prometemos, ordenamos, interrogamos, entre outros. Austin (1962) afirma que os atos comunicativos podem se apresentar em três principais níveis: i) ato locutivo; ii) ato ilocutivo e iii) ato perlocutivo. O ato locutivo consiste em dizer uma sentença com certo resultado e um conteúdo informacional, com o sentido restrito ao que se diz. O ato ilocutivo resume-se na intenção do falante, nas ações que realizamos quando falamos. E, o ato perlocutivo é exatamente o resultado do ato ilocutivo, o que conseguimos a partir dele. Esse último não tem relevância linguística.

Com isso, podemos dizer que no proferimento da pergunta "você pode pegar a mostarda?", seu ato locutivo seria necessariamente as palavras que constroem a sentença. Entretanto, posso ter perguntado não para saber da sua capacidade e/ou disposição, mas com a intenção de ordenar que você a pegue para mim - esse é o ato ilocutivo. O ato perlocutivo é a resposta, é o comportamento subsequente. É importante lembrar que o ato locutivo não dá sequência ao ato ilocutivo. A força ilocutiva pode aparecer implícita no proferimento, conforme é inferido aqui: "por favor, passe a mostarda".

A exemplo disso, traremos aqui um caso verídico de uma linguista, em um pedido do Juiz, para tomar a decisão judicial. A notícia saiu no ano de 2013, no Uol Educação. A formanda Maria Eduarda Barreiro ao fazer o juramento do curso de graduação em Cinema da PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), diante de familiares e amigos, adicionou a expressão “ou não” ao final de cada frase do juramento. O diretor do departamento de

Comunicação Social da PUC-Rio, César Romero, que estava presente no momento, enviou o vídeo para a administração geral da universidade, e decidiram anular a cerimônia. César Romero a anular o ato, tornando-o inválido e impedindo a expedição dos diplomas dos formandos. Os formandos então moveram uma ação por danos materiais e morais, incluindo lucros cessantes contra a PUC-RJ.

Os linguistas devem emitir um parecer técnico-científico sobre as condições e validade do ato de juramento durante a cerimônia de Colação de Grau, baseando-se em teorias linguísticas que se aplicam a essa situação. O parecer técnico deverá manter sua isenção técnica conforme exige a Lei, o que significa que os peritos linguistas devem apresentar uma análise objetiva e imparcial dos dados linguísticos coletados, sem envolvimento emocional ou opiniões pessoais. O resultado da análise linguística pode ter um impacto significativo na tomada de decisão legal, já que a validade do ato de juramento é uma questão central no processo movido pelos formandos contra a PUC-RJ.

No juramento dos formandos, a aluna responsável pela leitura do texto decidiu fazer um "adendo" em cada tópico lido, adicionando a expressão "ou não" no final da frase. Esse adendo de negação (~) mudou completamente o sentido do juramento e reverteu as promessas que os formandos estavam fazendo, demonstrando o poder da linguagem em influenciar a percepção e a interpretação de um discurso. Não temos um proferimento verdadeiro ou falso, pois não constituem descrições, mas sim, ações. O juramento é uma cerimônia simbólica que tem um significado importante para os formandos. Durante seu proferimento, há ações de promessas, há verbos específicos dos proferimentos performativos que não podem ser negados - as forças locutivas e ilocutivas devem coincidir: "Prometo exercer minha profissão, com espírito de quem se entrega a uma verdadeira missão de serviço, tendo sempre em vista o bem comum (ou não) [...]".

O impacto da linguagem na formatura e na colação de grau foi evidente no atraso que ocorreu como resultado do julgamento alterado. De fato, houve um impacto significativo na forma como os alunos se sentiam em relação à cerimônia e à colação de grau. Como consequência, a turma de 30 formandos de Cinema do período 2012.2 não fez o juramento - na verdade, o fez e o cancelou, imediatamente -, e por isso, a colação de grau foi adiada por meses. Isso causou transtornos para os formandos que precisavam comprovar a colação de grau para conseguir empregos ou ingressar em programas de pós-graduação. A situação também gerou indignação por parte dos estudantes, que sentiram que a universidade não os apoiou o suficiente para resolver o problema.

Além disso, realizando uma análise de ambiguidade, podemos notar que no proferimento do juramento alterado pela formanda, ao adicionar a negação "ou não" no final de cada tópico, o sentido original das frases é revertido. Retomando as Máximas Conversacionais de Grice (1975), no que toca a Pragmática Conversacional, percebemos que a ambiguidade se dá justamente pela violação de uma dessas máximas - a variação de sentido justifica-se pela intenção do falante. Cria-se, portanto, uma ambiguidade na mensagem transmitida. Será mesmo que eles iriam cumprir com o proposto no discurso? Alguns estudantes não entenderam e não esperavam essa alteração no discurso, outros riram, sem perceber o real significado alterado das frases, já que a intenção da oradora era causar humor e fazer uma brincadeira. Ao interagirem em sociedade, os indivíduos devem se preocupar em manter certo controle da situação comunicativa e se esforçar para anular possíveis conflitos, se submetendo às regras da polidez (BROWN & LEVINSON, 1987).

A análise de linguística forense nesse texto destaca a importância da linguagem e da comunicação em situações jurídicas e cerimoniais. A escolha das palavras e a forma como elas são usadas podem ter um impacto significativo no resultado de uma situação. É importante que todas as partes envolvidas em uma cerimônia ou processo jurídico entendam a importância da linguagem e a utilizem de forma clara e objetiva para evitar mal-entendidos.

A análise da linguagem jurídica é o que está diretamente ligado à linguagem e Direito, com a linguagem da lei, linguagem dos tribunais, a linguagem dos interrogatórios policiais, terminologia legal, compreensibilidade dos instrumentos legais, acessibilidade e transparência de poder e controle, por último a tradução e interpretação legal do caso a ser abordado.

Com a resolução de disputas judiciais, entramos no âmbito de “marcas registradas” ou seja, alguém que é proprietário de um nome, que foi patenteado por essa pessoa e outras não podem usar, por exemplo a palavra “*nike*”, podem existir diversas marcas de tênis, mas ninguém pode registrar sendo “*nike*” além do proprietário. E com isso entramos na detecção de plágio, com cópia literal, manipulação do texto original, reorganização de um texto, tradução, entre outros, existe uma pesquisa sobre esse tema do professor Dr. Rui Sousa-Silva (2017) onde ele detalha mais como funciona esse processo.

Já a investigação e perícia linguística está mais ligada à estilometria, como o caso do agente do FBI James Fitzgerald, detalhado outrora. Não necessariamente a investigação irá recair sobre crimes, há outros casos envolvendo plágios, suicídios, entre outros que a LF pode ajudar.

Esses métodos podem ser aplicados de maneira mista, sempre que for possível. Uma análise acurada qualitativa permite *insights* para o linguista, enquanto uma análise quantitativa gera grandes quantidades de dados e informações rápidas.

2.1 Linguística Legal

A Linguística Forense possui duas principais áreas de pesquisa: sendo a primeira delas o uso da linguística como prova/evidência, onde existe uma aplicação mais direta e com consequências quase que imediatas, e a segunda área de pesquisa com aplicações mais ao longo prazo, cujo desenvolvimento do trabalho é mais para análise de textos legais, que estão diretamente relacionados com o “poder” legal. É por isso que entender a diferença entre a Linguística Forense (LF) e a Linguística Legal (LL) não é tão simples quanto parece. A Linguística Forense e a Linguística Legal são áreas interdisciplinares que combinam conhecimentos linguísticos e jurídicos. Ambas envolvem a análise de textos e discursos em contextos judiciais, mas têm abordagens diferentes.

A Linguística Forense se concentra na análise linguística de evidências em processos judiciais, incluindo documentos escritos, gravações de áudio e vídeo, e outras formas de comunicação. Os linguistas forenses utilizam métodos científicos para determinar a autenticidade e a autoria de textos, avaliar a coerência e a veracidade de testemunhos, e identificar características linguísticas que possam ser relevantes em uma investigação.

Enquanto a Linguística Legal envolve a análise de questões linguísticas relacionadas a casos jurídicos, incluindo a interpretação de leis e regulamentos, a elaboração de contratos e documentos legais, e a avaliação de testemunhos em julgamentos. Os linguistas legais trabalham em estreita colaboração com advogados e juízes para garantir que as questões linguísticas sejam adequadamente consideradas em processos legais. Ambas as áreas são importantes para garantir a justiça e a equidade em processos judiciais, bem como para ajudar a proteger os direitos dos indivíduos.

Recentemente, a IAFL (em inglês *International Association of Forensic Linguistics*) mudou seu nome para IAFL (em inglês *International Association of Forensic and Legal Linguistics*). o motivo foi pontuado por ser uma evolução onde outros profissionais de diversas áreas começaram a se interessar por Linguística Forense e com isso foi preciso trocar “linguistas” por “linguística” no último congresso. Além disso, os associados da IAFL começaram a refletir se “linguística forense” efetivamente abrangia todas as práticas e pesquisas

que são feitas na área, e por isso votaram para a mudança de nome para incluir linguística ‘legal’ além de linguística forense.

É muito comum em várias áreas não haver um consenso sobre determinado assunto, principalmente no que diz respeito às questões de terminologia. Na Análise do Discurso, por exemplo, falamos de discurso com “D” maiúsculo para diferenciar o discurso como construção social e relações de poder, ao passo que discurso com “d” minúsculo, ocupa-se da produção em si (oral, textual ou imagética). Em outras áreas que também estudam discurso, essa diferença não é tão importante, seja por ignorarem o papel social do Discurso (com “D” maiúsculo) na linguística, ou por não serem da linguística, não tendo como foco a análise do texto em si.

Sabendo disso, a compreensão da abrangência e especificidade de ‘forense’ e ‘legal’ é que está em jogo. Isso significa que é possível encontrar os dois termos se referindo às mesmas coisas, dependendo de como os pesquisadores entendam a área.

Como foi dito no início deste trabalho, a LF está dentro da Linguística Aplicada, que seria em contextos forenses a interdisciplinaridade da Linguagem em conjunto do Direito, trabalhando juntos para identificar casos de plágios, crimes de injúria, *fake news*, entre outros. A Linguística Pragmática não se relaciona somente com o Direito Penal. Durante esses processos de investigações, ela pode se encontrar também com o campo da Sociologia - analisando a realidade social dos indivíduos através de pesquisas e levantamento de dados -, e da Psicologia - buscando, por exemplo, identificar o que motiva determinado comportamento criminoso.

As ciências forenses, de maneira geral, abordam o processo de coleta e análise de provas, normalmente, em casos de Direito Penal. O Direito e a Linguagem estão intimamente relacionados. Não se pode aplicar o Direito sem o domínio - e a aplicação -, da linguagem nas suas diversas subáreas. A IAFL (Associação Internacional de Linguística Forense e Legal), também conhecida como a antiga IAFL (Associação Internacional de Linguistas Forense), fundada em 1993, na Inglaterra, incentiva seus membros a:

i) estudar a linguagem da lei, incluindo a linguagem de documentos legais, dos tribunais, da polícia e das prisões; uso de evidências linguísticas (fonológica, morfossintática, análise do discurso e pragmática) na análise de autoria e de plágio, na comparação de voz, de confissões, no perfilamento linguístico, na análise das notas de suicídio, dos avisos de produtos de consumo;

- ii) usar da linguagem como prova em processos cíveis (marca, disputas contratuais, difamação, responsabilidade do produto, práticas comerciais enganosas, violação de direitos autorais);
- iii) reduzir a desigualdade baseada em linguagem e desvantagem no sistema legal;
- iv) intercambiar idéias e informações entre as comunidades legais e linguísticas;
- v) investigar as práticas, melhorias e ética da prova pericial e apresentação de evidências linguísticas, bem como interpretação e tradução jurídica;
- iv) melhorar a compreensão do público sobre a interação entre a linguagem e a lei.

Como forma de compreender e ressaltar a importância da aplicação dos conhecimentos linguísticos nas investigações criminais, vamos demonstrar a seguir como as subáreas da Linguística, trabalhando juntas, trazem contribuições valiosas para a área de Direito e para a Investigação Criminal. A título de exemplo, temos a fonética e fonologia são áreas da linguística que estudam os sons das línguas. Aqui, se preocupam com as análises de áudios de gravação, ligações aliadas a programas informáticos (tais como *Praat*, *Speech music and hearing*, *Spectra Plus*, *Sound Forge Pro* e muitos outros) na identificação de diferenças na fala e da autoria de voz. Estas gravações são reproduzidas e analisadas para se saber se o sujeito esteve sob pressão ou ameaça, ou até constatar uma “impressão digital”, ou seja, características próprias de cada indivíduo como a prosódia, o acento, a musicalidade/ritmo, entoação, etc.

A sociolinguística estuda o comportamento linguístico dos membros de uma comunidade e como ele é determinado pelas relações sociais, culturais e econômicas. A língua é um instrumento de identidade, traz em si a cultura de um povo, de uma comunidade linguística. É possível percebermos a etnia de um indivíduo através dela. Sua contribuição se dá com análises da conversação, do discurso em casos de ameaças, em entrevistas policiais, por exemplo. Mas também é possível encontrá-la em casos cíveis com a questão de plágio, disputas sobre o que se diz na bula de produtos ou manuais, principalmente nas partes de “cuidado”, “atenção” ou “contra indicações”. As particularidades lexicais utilizadas por um indivíduo durante a elaboração do discurso falado ou escrito são levadas em consideração.

Além dessas aplicações da linguística como fonte de evidência/prova-na área legal mais ampla, temos a interpretação de estatutos e leis, a análise de como as instruções de júri ou apresentação dos direitos de alguém que é detido são fornecidas, a análise da linguagem dos juízes e a ideologia por trás do conteúdo, sendo uma gama de estudos que são feitos visando a

uma melhor aplicação do Direito, com sugestão de mudanças ou identificação de problemas que nem sempre são rápidas ou fáceis de solucionar.

A Linguística Legal pode se dedicar ainda à análise de contratos e documentos legais em casos de disputas comerciais. Os linguistas legais podem ser chamados para interpretar cláusulas específicas de um contrato ou avaliar se um determinado termo pode ter diferentes interpretações em diferentes contextos. Eles também podem analisar como o uso da linguagem pode afetar a interpretação de um contrato ou documento legal em um tribunal.

Outro exemplo seria a análise de testemunhos em julgamentos criminais. Os linguistas legais podem avaliar a linguagem utilizada por testemunhas e acusados para determinar a credibilidade de seus testemunhos, bem como identificar possíveis falhas ou inconsistências na narrativa apresentada. É através da análise do discurso e dos fatos em debate que é viável detectar um depoimento falso ou um crime de falsas declarações. Além disso, a Linguística Legal poderia ser usada para avaliar o impacto de leis e regulamentos em diferentes grupos linguísticos e culturais. Seria uma tarefa analisar como as políticas linguísticas afetam a inclusão e a diversidade em uma sociedade.

Essas são apenas algumas das técnicas e conhecimentos da LF aplicáveis na análise linguística que podem ser utilizados em contextos legais. A análise linguística pode ajudar a garantir a justiça e a equidade em processos legais, bem como ajudar a proteger os direitos dos indivíduos envolvidos em processos judiciais.

3 AMBIGUIDADE

Derivada do termo latino “ambiguitas”, que significa “equivoco”, “incerteza”, a ambiguidade pode ser considerada, na perspectiva da Gramática Normativa, como um vício de linguagem, desvios não intencionais da norma-padrão da língua, mas que geram problemas de entendimento do enunciado ou ruídos na comunicação. Esses problemas podem estar relacionados ao uso inadequado do léxico, à Sintaxe - construções frasais -, ou com o sentido - o mais interessante para este trabalho.

Pelas sentenças reunirem mais do que uma interpretação possível, as ambiguidades podem gerar um desentendimento no discurso. Em outras palavras, a ambiguidade ocorre quando há duplicidade de sentido da frase, por falta de clareza. Motivos pelos quais esse vício de linguagem deve ser evitado, principalmente nos discursos formais - é preciso neste ponto, ser mais direto. Apesar disso, são comumente utilizados em construções de humor, juntamente com outras possibilidades de efeito de sentido, como a ironia - ambas escolhidas pelo locutor de acordo com sua intenção comunicativa. Essas variações são não apenas possíveis, mas necessárias. A língua possibilita ao homem expressar-se de diferentes maneiras, permitindo-lhe conciliar ao mesmo tempo a manifestação da intenção e a observação dos mecanismos de preservação das faces (GOFFMAN, 1974).

Mais um vez, a ambiguidade, pode se definir de maneira geral, como a possibilidade de uma manifestação linguística (escrita ou falada) tem de apresentar mais de uma interpretação, ocorrendo quando uma palavra (ou grupo de palavras) possui mais de um significado, de modo a trazer um ou mais sentidos à oração ou quando os elementos do texto, - sejam eles verbo, pronomes, adjetivos, etc. - estão colocados de maneira errada. Dependendo do contexto, isso impossibilita uma clara leitura do que está sendo dito.

A ambiguidade pode surgir de várias maneiras. Vamos exhibir de forma detalhada cada um desses tipos, na sequência:

- a. Lexical;
- b. Estrutural;
- c. Referencial;
- d. de Escopo.

Antes de explicar o conceito de Ambiguidade Lexical, apresentaremos um exemplo de seu uso:

(4) Estarei te esperando na praça, em frente ao banco.

A palavra ‘banco’ pode estar se referindo a uma instituição bancária ou ao assento público. Não conseguimos determinar com clareza o que de fato está sendo dito. Com tais possibilidades de significação, o interlocutor pode ficar em dúvida sobre a referência. O contexto pode acrescentar informações que não estão especificadas no sentido.

Portanto, temos na Ambiguidade Lexical uma dupla interpretação que incide sobre o mesmo item lexical. Neste caso, o item “banco” tornou a sentença ambígua. O léxico em destaque é uma homonímia, isto é, a palavra é homógrafa - se escreve do mesmo jeito, há uma mesma grafia -, e homófona - mesmo som. Outra forma de ambiguidade lexical é a polissemia.

Todos os dois fenômenos lidam com os vários sentidos para uma mesma palavra fonológica, entretanto, polissemia ocorre quando os possíveis sentidos da palavra ambígua têm alguma relação entre si. [...] Para estabelecer essa relação entre as palavras polissêmicas, usamos a nossa intuição de falante e, às vezes, os nossos conhecimentos históricos a respeito dos itens lexicais. (CANÇADO, 2008, p.63-64)

Existem diferentes maneiras de se interpretar as sentenças que são ditas ou proporcionar efeito às sentenças que ouvimos no dia a dia. Essas maneiras estão relacionadas aos conceitos extralinguísticos, de forma particular em cada ouvinte, leitor ou falante. Cançado (2008) explica que o conceito extralinguístico é o conhecimento prévio do indivíduo permitindo que ele reaja de imediato a uma afirmação, negação ou questionamentos daquilo que esteja sendo dito por outro, fazendo pressuposições e interpretações variadas. Isso pode acontecer devido ao fato de o indivíduo ter vivências e significados diferentes ao longo da sua vida.

A Ambiguidade Estrutural (ou Ambiguidade Sintática) ocorre na estrutura de uma frase ou expressão - as palavras não são pensadas de forma individual aqui. Essa ambiguidade pode surgir de várias maneiras, como na falta de clareza sobre a ordem ou a relação das palavras na frase. Como um exemplo disso, considere a seguinte frase:

(5) O cachorro mordeu o homem com a camisa vermelha

Essa frase é ambígua porque a estrutura permite duas interpretações diferentes, que só são possíveis de alcançar, alterando a ordem das palavras:

- A. O cachorro mordeu o homem que estava usando uma camisa vermelha.
- B. O cachorro, que estava usando uma camisa vermelha, mordeu o homem.

Outro exemplo é a frase:

(6) Os policiais viram o carro com as câmeras de segurança

Essa frase também é ambígua porque a estrutura permite duas interpretações diferentes - novamente graças à alternância de posição das expressões envolvidas na ambiguidade:

C. Os policiais viram um carro que tinha câmeras de segurança instaladas.

D. Os policiais viram um carro através das câmeras de segurança.

Em todos os exemplos, o que gera a ambiguidade são as diferentes possibilidades de reorganizar as sentenças, ou melhor, a possibilidade de ocorrência de diferentes estruturas sintéticas na mesma sentença. O que não se pode constatar em outros casos de ambiguidade.

No caso da Ambiguidade Referencial, uma palavra ou expressão é ambígua em relação à sua referência. Não está claro a que objeto ou ideia ela se refere. Segundo Ferreira (2000), esta categoria de ambiguidade está relacionada com anunciados potencialmente ou efetivamente incompletos, tendo a característica de ser uma ambiguidade elíptica⁵. Tendo isso, é sempre possível acrescentar um elemento para contribuir para o entendimento da sentença, modificando-a. Isso pode levar a diferentes interpretações da mesma frase ou expressão, dependendo do contexto. Vejamos a seguinte construção:

(7) Ele viu seu carro estacionado e ele estava muito sujo

Essa frase é ambígua porque não está claro a que objeto "ele" se refere - ao carro ou ao proprietário do carro. É capaz de o sujeito da oração subordinada seja o mesmo sujeito da oração principal (o proprietário do carro), o complemento da oração principal (carro) ou outro referente. Isso pode levar a duas interpretações diferentes:

A. Eu vi o carro dele estacionado e o carro estava sujo. - "ele" é o carro.

B. Eu vi o carro dele estacionado e ele (o proprietário do carro) estava sujo. - "ele" é o dono do carro.

⁵ Ato ou efeito de omitir uma ou mais palavras que se subentendem, ao considerar o contexto.

Essa categoria tem mais a ver com o caráter semântico que sintático. Esta ambiguidade é um problema voltado às necessidades dos indivíduos, e não da língua. Como prova disso, na língua espanhola a ambiguidade seria desfeita com a escolha do falante - não sendo mais um problema:

(7) *He visto a su coche aparcado y él estaba muy sucio*

De acordo com Chomsky (1981), os seres humanos nascem com a faculdade da linguagem, conhecendo princípios universais às línguas e selecionando os parâmetros específicos à sua L1. Conforme o Parâmetro do Sujeito Nulo (CHOMSKY, 1981; RIZZI, 1982), há línguas de sujeito obrigatório - como a língua inglesa -, e línguas de sujeito nulo - como a língua espanhola. O PB caracteriza-se atualmente como uma língua que não se comporta totalmente nem como as línguas de sujeito nulo nem como as línguas sem sujeito nulo.

Em muitos casos, utilizamos anáforas - mecanismo de referência necessário à coesão textual - estabelecidas entre elementos da mesma frase, tais como pronome oblíquo⁶ tônico - em sua maioria. Assim, os sujeitos anafóricos podem ser expressos por anáfora pronominal ou sofrerem elisão - tendo consequências para sentido da construção.

A colocação pronominal é um dos principais desafios para o português brasileiro (PB), sobretudo a posição dos pronomes pessoais oblíquos em relação ao verbo a que se referem. Na perspectiva da gramática normativa, os pronomes são palavras que acompanham os substantivos, podendo substituí-los - de forma direta ou indiretamente -, retomá-los ou se referir a eles. Isto é, têm função de identificar os participantes da interlocução, os seres, eventos, situações que o discurso faz referência. Seu próprio nome carrega o prefixo “pro”, que significa “em função de”. Logo, podemos afirmar que “pronome” é uma palavra “em função de um nome”.

Os pronomes pessoais oblíquos têm função de objeto de um verbo, eles funcionam como um complemento, e nunca fazem uma ação. Eles exercem a função sintática de complemento verbal (objeto direto e objeto indireto), complemento nominal, agente da passiva, adjunto adnominal, adjunto adverbial, ou sujeito acusativo (sujeito de oração reduzida). Não é nosso

⁶ Esse grupo é dividido em duas subcategorias: i) átonos (me, te, se, o, a, lhe, nos, vos, se, os, as, lhes) e ii) tônicos (mim, comigo, ti, contigo, si, consigo, ele, ela, nós, conosco, vós, convosco, eles, elas). Para todo pronome reto, há um correspondente no caso oblíquo.

objetivo distinguir tais funções sintáticas, elas servem apenas para explicar as funções pronominais, sobretudo os pronomes oblíquos que realmente merece destaque aqui.

Entretanto, o uso abundante de pronomes pode deixar sua frase vaga e ainda ambígua, ou seja, podem levar o leitor a generalizar informações, e posteriormente exigir que você determine o que foi dito. Portanto, podem comprometer a coerência e a coesão de seu texto:

(8) João já conseguiu falar com seu irmão?

As interpretações possíveis são atribuídas ao pronome possessivo da sentença. Em (8), o pronome “seu” pode estar co-indexado, em uma ligação anafórica, desprendendo a interpretação que João falou com o irmão dele, quer dizer, com seu próprio irmão ou se foi como irmão de quem escuta a pergunta, uma terceira pessoa entraria na história - ligação dêitica.

A fim de eliminar o uso constante de pronomes tônicos em amplas posições, dispomos dos itens indexicais. Com base na Teoria de Indexicais de Kaplan (1989), esses itens indexicais são termos diretamente referenciais, introduzem um indivíduo numa proposição sem ao menos ter uma descrição antecipada dele. Os indexicais, assim como os nomes próprios, na teoria kaplaniana, são tratados como itens de referência direta, ou seja, são itens linguísticos que não necessitam de algum tipo de descrição. A indexicalidade é de interesse da área da Pragmática, já que esta se dedica a elementos dêiticos, palavras e expressões da linguagem que derivam do significado referencial da indexicalidade, consideradas “a maneira mais óbvia pela qual a relação entre linguagem e o contexto é refletido nas estruturas das próprias línguas” (LEVINSON, 1983)

A Ambiguidade de Escopo é entendida do ponto de vista da Ambiguidade Estrutural. O que está em questão aqui é a posição de um operador lógico (como "não", "e", "ou") que pode afetar a interpretação de uma frase ou expressão. Assim, ela não ocorre em um item lexical ambíguo, também não podemos reorganizar a sentença em duas estruturas sintáticas possíveis. A ambiguidade decorre da estrutura semântica da sentença, que pode levar a diferentes interpretações da mesma frase ou expressão, dependendo de onde o operador lógico é colocado.

Exemplo:

(9) Os alunos comeram oito rosquinhas

Essa frase pode ser interpretada de duas maneiras diferentes: i) uma interpretação coletiva - todos os alunos juntos comeram um total de oito rosquinhas; ou ii) uma interpretação distributiva - cada aluno comeu oito rosquinhas, como escopo. É justamente o modo de organizar a relação de distribuição entre as palavras que expressam uma quantificação que gera a ambiguidade. Outro exemplo é a frase:

(10) Eu falei com o gerente e o assistente

Essa frase pode ser interpretada de duas maneiras diferentes, dependendo da posição do operador lógico "e":

- A. Se a conjunção se aplica a "falei com o gerente e o assistente", então a frase significa que eu falei com ambos, o gerente e o assistente.
- B. Se a conjunção se aplica apenas a "o gerente" e "o assistente", então a frase significa que eu falei com o gerente e também com o assistente, mas não necessariamente juntos.

A Ambiguidade de Escopo, portanto, é demonstrada mais uma vez relacionada à estrutura da sentença, mas não sintática. Nas palavras de Cançado (2008) temos:

[...] a diferença básica entre elas é que, quando há a ambiguidade sintática, você consegue reorganizar a mesma sentença em diferentes estruturas lineares; quando há a ambiguidade de escopo, não se têm duas formas lineares de organizar a sentença, mas se têm duas estruturas subjacentes (ou formas lógicas) distintas, uma com uma ideia de distribuição coletiva e outra, de distribuição individual. (CANÇADO, 2008, p.70)

É possível ainda, uma única sentença apresentar ao mesmo tempo os variados tipos de ambiguidades apresentados aqui:

Às vezes, se interpretarmos um item lexical de uma determinada maneira, teremos uma determinada estrutura sintática; se interpretarmos esse mesmo item de outra maneira, teremos uma outra estrutura sintática. (CANÇADO, 2008, p.72)

Observe:

(11) Pedro bateu no seu filho com seu sapato por causa da manga

Podemos, a partir dessa frase, ter quatro leituras diferentes:

- A. Pedro usou o próprio sapato para bater no filho;
- B. O filho de Pedro calçava o sapato que Pedro usou de ferramenta para bater nele;
- C. Pedro bateu no filho do ouvinte usando o sapato como ferramenta de agressão;
- D. Pedro bateu no filho do ouvinte que calçava o sapato (havia outros sem sapato na cena).

Além dessas interpretações, ainda não temos certeza da razão de ter acontecido a violência. Sabemos unicamente que foi por causa “da manga”, mas não sabemos se estão se referindo ao tecido - “manga da blusa” - ou à fruta.

A ambiguidade de tais leituras se dá pela repetição do pronome “seu” antes dos sintagmas “filho” e “sapato”. Não é possível - apenas com essa frase, sem ajuda o contexto - saber de quem são esses objetos. Se Pedro bateu no seu próprio filho (filho dele), se foi no filho do receptor da mensagem. Se Pedro usou o seu próprio sapato, ou seja, o sapato que estava no pé dele como ferramenta para a agressão ou se foi o sapato do interlocutor - ou ainda se foi o sapato de Pedro.

A ambiguidade pode levar a mal-entendidos e confusão na comunicação, por isso é importante identificá-la e tentar esclarecer ao máximo o significado pretendido. Para isso, é necessário, por exemplo, prestar atenção aos múltiplos significados das palavras, avaliando se um de seus significados não poderá produzir no interlocutor uma impressão oposta; se atentar à concordância e à regência - tanto nominais quanto verbais -, aquela induz o receptor da mensagem a acreditar equivocadamente que o sujeito de uma ação é, na realidade, seu objeto, enquanto a regência provoca alterações no próprio significado da palavra; Usar os pronomes (principalmente os relativos e os possessivos) com cautela; Reorganizar as frases ou elaborar períodos mais curtos, sendo mais objetivo e claro, entre outros meios.

A função da ambiguidade em si é sugerir e contemplar diversos significados para uma mesma mensagem. Ela pode se realizar tanto acidental - expressa como um vício de linguagem -, quanto propositalmente - recurso estilístico. Quando um vício de linguagem, decorre da má construção da frase ou do uso impreciso de uma palavra. Nesse caso, ela compromete o significado do enunciado, pode apresentar a sensação de indecisão, hesitação, imprecisão,

incerteza e indeterminação. Podendo estar em palavras, frases, expressões ou sentenças completas.

No segundo momento, sendo a ambiguidade muito mais do que apenas um erro que surgiu ao acaso, ela se tornando aqui uma ferramenta para atingir um efeito de sentido, realizada de acordo com a vontade do autor. Esse recurso estilístico é utilizado em vários gêneros textuais e literários, e se destaca bastante entre gêneros humorísticos como a piada, sátira, trocadilhos, comédia, enigmas e a propaganda, tornando-se um dos seus principais instrumentos para chamar atenção do interlocutor para a mensagem.

A Linguística Forense aborda a ambiguidade como um todo, utilizando-a como um método de análise de diálogos, textos orais e escritos, entrevistas, confissões, etc. O estilo linguístico pode ser uma ferramenta poderosa para constatar a dissimulação em depoimentos de testemunhas, e detectar situações em que os agressores - ou os perfis de agressores -, usam esse recurso de forma que não negue e nem afirme algo que os possam prejudicar, contribuindo grandemente para a solução das investigações civis e criminais.

Picornell (2011, 2013) analisando a dissimulação em depoimentos de testemunhas em forma escrita, concluiu que os dissimuladores referem-se a si mesmos com menor frequência, se distanciando linguisticamente do ato pelo qual estão respondendo. O comportamento de distanciamento pode ser expresso na ambiguidade e na vagueza, como parte de “respostas prolixas”. Os sujeitos que buscam enganar os ouvintes nessas situações, querem causar a impressão de estarem cooperando.

Os dissimuladores fazem conscientemente para manipularem suas respostas, adaptando, replicando e/ou modelando sua fala, apoiado no que julgam atender às expectativas dos investigadores sobre aquilo que constitui um “enunciado verdadeiro” A interação também se molda intuitivamente pela "organização de preferência", "uma noção estrutural que se relaciona ao conceito linguístico de marcado" (Levinson, 1983, p. 307). Por exemplo, uma intimação requer uma resposta, uma oferta requer uma aceitação, e assim por diante (Levinson, 1983). Mais uma vez, ao produzirem uma resposta prolixa e ambígua, os dissimuladores acabam não fornecendo as informações necessárias e suficientes para responder às perguntas. A ordem sequencial do interrogatório acaba sendo alterada, e a discussão é voltada para um ponto em que conseguem fornecer informações verdadeiras.

No âmbito da Pragmática, a ambiguidade analisaremos as falas em depoimentos. Analise a frase que se segue, na qual há um suspeito/agressor acusado:

4 PRESSUPOSIÇÃO

A pressuposição é objeto de estudo que nasceu da Semântica, e ganhou atenção e auxílio da Pragmática. Tanto a Semântica quanto a Pragmática são disciplinas que se preocupam com a interpretação. O objeto de estudo de tais disciplinas linguísticas se apoiam nos fatos da linguagem que envolvam a significação. Há alguns pesquisadores que dizem que a Semântica se ocupa da parte calculável, até mesmo previsível do que se diz - atua no nível explícito. Enquanto que, para a Pragmática, também concorrem as intenções do falante, que diz além do que diz - essa lida com o sentido no nível implícito.

Trata-se de informações implícitas adicionais, facilmente apreendidas devido a palavras ou expressões presentes na sentença. O enunciado depende dessa pressuposição para que faça sentido. Ela já é assumida como verdadeira na comunicação, mesmo que não seja explicitamente declarada. O pressuposto é utilizado para dar ênfase a uma ideia, influenciar a interpretação de uma mensagem ou assumir um acordo prévio com o interlocutor.

De acordo com Moura (2006), ao nos depararmos com uma sentença devemos perceber que ela pode veicular dois níveis de informações de estatutos diferentes.

Num primeiro nível, temos informações num plano literal, ou seja, contidas no próprio sentido das palavras [...] num segundo nível, somos levados a considerar, pela simples enunciação de cada [...] sentença, outras informações que não são afirmadas literalmente, mas inferidas a partir [de tais] [...] sentenças (MOURA, 2006, p. 12-13).

Exemplo:

(12) Quando você voltar da viagem, vamos discutir o seu novo emprego.

Essa frase pressupõe que o destinatário da mensagem já concordou em fazer uma viagem e aceitou um novo emprego. Mesmo que essas informações não tenham sido explicitamente declaradas, elas são pressupostas e usadas como base para a mensagem.

(13) Alunos que estudam de manhã costumam ter melhor rendimento.

Essa frase pressupõe que há alunos que não estudam de manhã, e que o rendimento deles não é tão bom quanto aqueles que estudam cedo. Novamente, mesmo que essa informação não tenha sido declarada explicitamente, é pressuposta na mensagem.

Existem tipos de acionadores de pressuposição que podem ser usados para transmitir uma ideia pressuposta. Alguns exemplos desses acionadores incluem:

- Advérbios de pressuposição: são advérbios que indicam que uma ideia pressuposta é verdadeira ou deve ser assumida como verdadeira, como "ainda", "já", "apenas", "mesmo", entre outros. Por exemplo: "Eu ainda não vi o filme" pressupõe que o interlocutor sabe que a pessoa estava planejando assistir ao filme.
- Substantivos de pressuposição: são substantivos que indicam a existência de uma ideia pressuposta, como "fato", "problema", "situação", "realidade", entre outros. Por exemplo: "O problema é que eu não tenho tempo" pressupõe que o interlocutor sabe qual é o problema em questão.
- Pronomes de pressuposição: são pronomes que referenciam uma ideia pressuposta anteriormente na conversa ou na comunicação, como "ele", "ela", "eles", "elas", "isso", "aquilo", entre outros. Por exemplo: "Eles vão para a praia todo verão. Você já foi com eles?"

Esses são apenas alguns tipos de acionadores de pressuposição que podem ser usados na comunicação. Ao todo, podem chegar até 13 tipos de acionadores. Segue alguns exemplos:

(14) O meu carro está na oficina

>> que o falante possui um carro.

(15) Eu não gostei do bolo de chocolate

>> que um bolo de chocolate foi servido ou oferecido.

(16) Ela cortou o cabelo novamente

>> que a pessoa referida já havia cortado o cabelo antes.

(17) O meu irmão encontrou uma nova casa

>> que o falante tem um irmão.

(18) O João finalmente voltou para a cidade

>> que João esteve fora da cidade em algum momento anterior.

(19) A escola fechou mais cedo hoje

>> que a escola estava aberta antes.

(20) O professor respondeu às perguntas dos alunos

>> que os alunos fizeram perguntas.

Esses são apenas alguns exemplos de pressuposições comuns que podem ser encontradas na linguagem cotidiana.

Geralmente os elementos indexicais (expressões referenciais como “eu” e as orações temporais), fortemente conectados ao contexto, podem ser tratados apenas pela Semântica - são mais explícitos, como dito anteriormente. Esses itens são usados para se referir a algo ou alguém que já foi mencionado anteriormente na conversa ou que é conhecido pelos participantes da interação. É a linha mais tradicional da abordagem referencial. São as pressuposições lógicas (ou semânticas). Alguns exemplos de expressões referenciais que apresentam pressuposições incluem:

(21) Aquele livro que eu te emprestei

>> que o falante emprestou um livro anteriormente (faz referência a ele)

(22) O carro vermelho que bateu no meu

>> que o falante teve um acidente de carro

(23) O rapaz que me ajudou no supermercado

>> que o falante foi ajudado por um rapaz no supermercado

Segundo Cançado (2008),

se pensarmos em um contínuo para as implicações, a pressuposição estará localizada no meio, como uma relação semântico-pragmática, diferentemente dos acarretamentos, em que são inferidas expressões baseando-se exclusivamente no sentido literal de outras, ou seja, uma relação estritamente semântica, diferentemente das implicaturas conversacionais, que são noções estritamente pragmáticas. (CANÇADO, 2008, p.32)

As pressuposições também podem estar presentes em sentenças negativas. Quando uma sentença negativa é afirmada, ela geralmente pressupõe a existência ou a verdade de uma outra afirmação. Por exemplo:

(24) Eu não vi o meu amigo na festa

>> que o falante tem um amigo e que houve uma festa.

(25) Não consegui ligar o computador

>> que o falante tentou ligar o computador e que o computador existe.

(26) Não quero comer pizza hoje

>> que há a opção de comer pizza

Em geral, as sentenças negativas podem apresentar pressuposições de maneira semelhante às sentenças afirmativas, mas com uma inversão na polaridade do conteúdo que é afirmado ou negado. As pressuposições são importantes para a compreensão e interpretação do significado de uma sentença, mesmo quando a afirmação é negativa.

Existem, ainda, tipos de orações subordinadas adverbiais, como as temporais em (27) e as comparativas em (28). Veja os exemplos à seguir:

(27) Quando eu tinha a sua idade, eu já conseguia me virar sozinho.

>> você não sabe se virar sozinho(a), está sempre precisando de alguém

(28) Ela é bem mais alta do que você.

>> você é alto(a) (apesar de não ser como ela)

Além desses já citados, há desencadeadores de pressuposição lexicais, a exemplo de “adivinhar”, “saber”, “esquecer”, “lembrar”, “deixar”, os chamados “verbos factivos”. Essa classificação recai sobre os verbos que exprimem uma ação verdadeira, um fato. De outro modo, determina o valor de verdade do que é expresso na oração subordinada. Observe a seguir:

(29) Ana sabe/esqueceu/adivinha que seu voo não vai sair na hora.

>> o voo está atrasado - é tomado como verdade

Diferentemente do que ocorre com os verbos “achar”, “sentir”, “pensar”, que não pressupõem a verdade de seus complementos. Esses são os verbos não-factivos:

(30) Ana acha/sente/pensa que seu voo não vai sair na hora.

>> o voo está atrasado

Quando há uma partícula negativa construída com verbo factivo, a pressuposição disparada com valor de verdade permanece (seja ela negativa ou afirmativa). Já nas sentenças com verbos não factivos, a partícula negativa atinge a sentença completa:

(31) Ana sabe que seu voo não vai sair na hora.

>> o voo está atrasado

(32) Ana não sabe que seu voo não vai sair na hora.

>> o voo está atrasado

(33) Ana não acha que seu voo não vai sair na hora.

>> Ana acha que seu voo não está atrasado (mas ele está)

Uma sentença pode ser verdadeira ou falsa, independentemente de conter pressuposições. Por exemplo, a sentença:

(34) Eu tenho um unicórnio de estimação.

Olhando pela ótica de referência, isto é, o objeto alcançado no mundo através de uma expressão linguística, em um determinado contexto, temos que a expressão referencial “unicórnio” - assim como os nomes abstratos “amor”, “dor”, “loucura” -, não aponta para um referente no mundo, mas ainda sim é dotada de significado. Não podemos afirmar que “unicórnio” não se refere a nada. Assim, temos que a sentença (34) pressupõe uma existência discutível.

As pressuposições são importantes porque podem afetar a interpretação do significado de uma sentença. É possível avaliar se uma pressuposição é plausível ou não, mas isso não

significa que ela seja verdadeira ou falsa. O que podemos afirmar é que uma sentença pode ser verdadeira ou falsa, e que a presença de pressuposições pode afetar como interpretamos seu significado.

[...] a pressuposição é um conhecimento compartilhado pelo falante/ouvinte, prévio à sentença proferida, ainda que seja desencadeado a partir desta: envolve um tipo de conhecimento semântico, mas também exige um conhecimento pragmático. (CANÇADO, 2008, p.33)

Para identificar se uma informação é uma pressuposição, podemos usar o teste da P-Família - a família pressuposicional de uma determinada sentença. Segundo Márcia Cançado (2008), a família de implicações de uma determinada sentença deve ter quatro formas: a declaração afirmativa, a negação dessa afirmativa, a interrogação e a condição antecedente.

Só ocorrerá a relação de pressuposição, se todas as quatro formas acima de uma determinada sentença (a), ou seja, se a família de (a) tomar uma determinada sentença (b) como verdade. Se uma das sentenças da família de (a) não tomar como verdade a sentença (b), não existirá a relação de pressuposição entre as sentenças (a) e (b). (CANÇADO, 2008, p.33)

A fim de exemplificar a explicação, considere a seguinte sentença afirmativa:

(35) a. Minha sogra conseguiu parar de fumar.

>> Minha sogra fumava antes.

Para aplicar o teste de P-Família, podemos criar uma família de sentenças mudando a polaridade da sentença:

(35) b. Minha sogra não conseguiu parar de fumar.

Essa negação será verdade se a sentença (35) a. não for. Dentro desta construção ainda posso acarretar que minha sogra fumava maconha antes, pois se ela ainda fuma, ela não parou com o vício. Mesmo que eu negue a informação dada na afirmativa, a pressuposição se sustenta, já que ela está relacionada à estrutura linguística e ao nosso conhecimento de mundo do que é um hábito, e o que seria o interrompimento dele. A mesma coisa temos em:

(35) c. Minha sogra conseguiu parar de fumar?

Por ser uma interrogação, não há um valor de verdade (ou não) associado a ela. Essa sentença indaga justamente esse valor. Mas mesmo assim, ao fazer essa pergunta, eu ainda pressuponho que minha sogra fumava antes.

(35) d. Se minha sogra parou de fumar ...

O condicional se baseia em expressar exatamente uma condição ou uma suposição, introduzindo uma hipótese, uma incerteza. Mesmo que essa construção não carregue também o valor de verdade, ainda dá para constatar que minha sogra tem o hábito de fumar.

Como “minha sogra fumava antes” está presente e permanece a mesma em todos os testes da família, temos de fato uma pressuposição. Vale ressaltar aqui que a pressuposição nesse caso é disparada pelo uso de “parar de” - funciona como um gatilho que desencadeia a pressuposição do hábito anterior, denota mudança de estado, tal como o verbo “começar a”. A pressuposição está, portanto, sempre atrelada a determinados itens lexicais (ou construções) que despertam informações pressupostas, as quais trabalham com um conhecimento compartilhado entre os interlocutores.

Dentro da pressuposição, acontecem também casos de identidade. A pressuposição de identidade ocorre quando uma sentença pressupõe que algo é idêntico a algo mais. Por exemplo:

(36) O mesmo livro que eu te emprestei na semana passada

>> que o livro que está sendo mencionado é o mesmo livro emprestado na semana passada.

(37) O mesmo carro que bateu no meu ontem

>> que o carro que está sendo mencionado é o mesmo carro que bateu no carro do falante no dia anterior.

(38) O mesmo rapaz que me ajudou no supermercado outro dia

>> que o rapaz que está sendo mencionado é o mesmo rapaz que ajudou o falante no supermercado anteriormente.

(39) A mesma festa da Maria que eu fui no mês passado

>> que a festa que está sendo mencionada é a mesma festa organizada por Maria que o falante frequentou no mês passado.

(40) O mesmo prédio em frente ao meu onde aconteceu o incêndio

>> que o prédio que está sendo mencionado é o mesmo prédio que ficava em frente ao falante e onde houve um incêndio.

Essas sentenças apresentam uma forma de pressuposição que envolve uma identidade. Elas implicam que algo mencionado na sentença é idêntico a algo que já foi mencionado anteriormente ou que é conhecido pelos participantes da interação.

Esse mesmo fenômeno ocorre no caso de identidade negativa é uma forma de pressuposição que ocorre quando uma sentença pressupõe que algo não é idêntico a algo mais. Por exemplo:

(41) O livro que não é de ficção que eu li

>> que o falante leu um livro que não é de ficção.

(42) O carro que não é vermelho que eu dirigi

>> que o falante dirigiu um carro que não é vermelho

(43) O restaurante que não é japonês que eu fui

>> que o falante foi a um restaurante que não é japonês.

Essas sentenças apresentam uma forma de pressuposição que envolve uma identidade negativa. Elas implicam a existência de alternativas que não são idênticas ao elemento mencionado na sentença e podem ser úteis para especificar ou delimitar uma categoria ou conjunto de possibilidades. É importante pontuar, que as identidades podem ser encontradas em vários tipos de sentenças, tanto afirmativas quanto negativas, como foi mencionado nos exemplos acima (41; 42; 43).

5 LINGUÍSTICA

Não existe ao certo uma definição sobre Linguística, a maioria dos textos, livros, manuais e disciplinas que estudam cientificamente as línguas a definem como “estudo da linguagem”. No entanto, essa definição traz um conteúdo muito simplificado, e, portanto, necessita de mais detalhamento.

Muitas pessoas ao ouvir a palavra "linguística" ainda definem-na como o “estudo da gramática normativa”, o que não é de se estranhar baseando-se na tradição escolar e no senso comum. O que muitos não sabem é que na verdade, a linguística foge dessa gramática, uma vez que não é interessante para ela prescrever, ditar as regras e exercer correções, excluindo diversidades de modos do dizer. Cabe a ela considerar tudo que faz parte da língua, gerando reflexões ao tentar entender como essas formas se dispõem na sociedade.

Antes de definir e delimitar a linguística somente como estudo da linguagem, devemos primeiro entender que o termo “linguagem” nem sempre é empregado no mesmo sentido. Contudo, não podemos nos esquecer de que existem diversas áreas que também se interessam pela linguagem, o que nos faz estabelecer alguns contrastes entre a linguística e outras áreas.

Desse modo, buscaremos esclarecer a diferença entre os conceitos de língua e linguagem, dentro da área de atuação na linguística, além disso, estabeleceremos posteriormente as diferenças entre suas subáreas.

Ferdinand Saussure (1916) - linguista suíço e pai da linguística Estrutural - separa, em seu Curso de linguística geral (CLG - *Cours de linguistique générale*, em francês), a língua (*langue*) da fala (*parole*), e se desprende desta por apresentar certa dependência em relação ao indivíduo. Para ele, a língua é homogênea e social, um sistema de signos, um “tesouro” depositado, pela prática da fala, no cérebro dos falantes - ela é essencial para a comunicação. Já a fala é um ato individual de vontade, é heterogênea, a manifestação concreta daquela - é portanto, acessória e acidental. A ciência da linguagem é tomada então como autônoma, “a Linguística tem por objeto a língua considerada em si mesma, e por si mesma” (SAUSSURE, 1997, p. 271). Ele tem como objeto de análise a própria língua - sistema de signos como um conjunto de unidades organizadas formando um todo.

Os signos são tomados aqui como arbitrários, e se dividem em duas partes. A primeira equivale à imagem acústica (psíquica) - significante, e a outra ao próprio conceito, é o significado daquele. Para ele, uma vez que o som é atribuído a um nome, ele passa a ter valor na língua. A relação de distinção dos signos constitui o sistema da língua. Esse campo da linguística que se propõe a descrever as funções desempenhadas pelos elementos da língua por

aspectos fônicos, gramaticais e semânticos é chamado de Funcionalismo - toda estrutura é sustentada por essas relações.

Como uma outra vertente, emergiu a teoria do Distribucionalismo, trazendo consigo uma explicação comportamental, o Behaviorismo (de estímulo/resposta) estadunidense. Leonard Bloomfield (1933) propõe com essa tendência excluir o historicismo e a referência ao significado, evitando então questões de "interioridade" já colocadas pelo Funcionalismo. A análise seria em torno das distribuições das unidades, reunindo enunciados reais, emitidos pelos falantes - corpus -, para assim encontrar seu modo de organização, a sua regularidade sem qualquer imposição ao significado.

A Linguística Formal tem como seu fundador o renomado norte-americano Noam Chomsky (1980). O autor explora o caráter psíquico da linguagem, mais especificamente a relação entre língua e pensamento, buscando o que é único, universal e constante. Com sua Gramática Gerativa, busca em formas e estruturas profundas, sobretudo da sintaxe, a metanálise da língua (Chomsky, 1980, p.15).

Em 1950, como uma crítica ao Distribucionalismo, Chomsky revolucionou o modo de olhar para a linguagem apresentando uma reflexão sem se apegar aos dados, apenas em uma teoria: o formalismo. A sintaxe era imprescindível para seus estudos e para a criação da sua Gramática Gerativa - não normativa -, na qual a partir de um número de regras, um falante ideal gerava infinitas sequências, inclusive inéditas. Chomsky denomina tal capacidade de Competência, distinguindo-a do Desempenho, referente aos usos concretos das línguas. Acreditava-se que a linguagem era inata ao homem, uma faculdade herdada hereditariamente, e estabelece assim uma relação entre linguagem e pensamento - contribuindo para estudos tanto da área matemática quanto da biologia.

Como Chomsky e Saussure desconsideram situações reais de uso da linguagem, outras tendências convivem e concorrem com seus estudos, privilegiando dados concretos, contextos, sociedade e história. A Sociolinguística, por exemplo, fundada por William Labov na década de 1960, toma a variação linguística como uma consequência de fatores sociais. Na linguística, nenhuma questão é definitivamente respondida nem eternamente deixada de lado. Alguns fatos acabam se sobressaindo mais que outros, mas não impedem de outros serem recordados.

Cada vez mais a comunicação se torna mais complexa: a língua não é apenas instrumento do pensamento (como o formalismo julgava), ela não serve apenas para passar informações, elas também são ações - adivinhação, promessa, rituais, felicitações -, originando a Pragmática. Aqui, a significação, em outras palavras, a relação entre os signos e os usuários

são colocadas em evidência. A Pragmática se desdobra em variadas direções, podendo assumir um valor referencial (a partir de elementos dêiticos, determina se é verdade o que é dito), Behaviorista - relação língua/usuário é observada de acordo com hábitos individuais -, e a interlocução entre os usuários dentro de uma situação comunicativa. Esta, no entanto, se divide em Análise Conversacional, Atos de Linguagem e Teoria da Enunciação - todas de grande importância, aprofundadas neste presente trabalho.

A linguagem se relaciona com o exterior - falantes, ouvintes, contexto comunicativo e histórico-social. Ela se refere a qualquer processo de comunicação, como por exemplo, a linguagem dos animais, linguagem corporal, linguagem das artes, linguagem de sinais⁷, linguagem de sinalização de trânsito, língua escrita e muitas outras.

Nessa perspectiva, as línguas naturais como português, espanhol, inglês, dentre outras, são, por exemplo, formas de linguagem, por serem mecanismos de comunicação entre os seres humanos. Entretanto, os linguistas estabelecem conceitos diferentes, principalmente distinguindo “língua” e “linguagem”. Entende-se que a linguagem é a habilidade de poder usar a comunicação de modo “simbólico” (EVERETT, 2019). Os animais possuem de fato uma comunicação exclusiva - e limitada - para cada espécie. Têm a capacidade de formular e de interpretar um “signo” que remete a certa “realidade”, a memória da experiência e a aptidão para decompô-la.

Entretanto, há diferenças marcantes que nos ajudam a tomar consciência do que caracteriza de fato a linguagem humana. A mensagem emitida pelos animais não provocam nenhuma resposta do ambiente, mas apenas certa conduta. A resposta seria uma reação linguística. Sem contar que não são todos os animais que possuem um aparelho fonador. Isso significa dizer que não há diálogo, que é a condição da linguagem humana. Além disso, a mensagem animal não pode ser reproduzida - a não ser que o seu receptor tenha visto a mesma coisa que o primeiro anunciador.

Conforme posto por Saussure no CLG (1916), ao proferirmos o conjunto de sons, não precisamos apontar necessariamente para um objeto no mundo, sabemos, na ausência deste, o que se está a referir - isto é, nas palavras de Saussure, recorreremos a uma imagem mental.

A linguagem humana como objeto da ciência linguística guarda em si muita complexidade e, por isso, múltiplas subáreas específicas dentro da linguística se

⁷ Cada uma dessas línguas, como qualquer língua, tem suas próprias regras linguísticas, além de serem estruturalmente diferentes das línguas faladas (orais). É composta por gestos e sinais, e não diz respeito à Libras - utilizada entre a comunidade surda. Apesar de ter algumas semelhanças com a Libras, existem diferenças entre elas.

desenvolveram. Cada subárea se dedica a alguns objetos específicos e uma forma didática de explicitar essa diversidade toda pode ser a partir dos níveis de análise: fonético, morfossintático, semântico, pragmático e discursivo-textual. Existem diversas vertentes e áreas dentro da linguística pelas quais um estudante pode seguir na sua carreira. Aqui, iremos tratar a grosso modo com o que cada uma se preocupa em explicitar seu objeto de análise.

5.1 Sintaxe

Partindo para a aquisição da linguagem - alfabetização e letramento -, encontramos a Sintaxe como tópico essencial. É a parte da gramática que trata da disposição e a função das palavras dentro de uma frase. Explicar esses processos é hoje considerado uma das tarefas centrais da linguística e muitos estudos nesta área se associam à Psicolinguística como um espaço das ciências cognitivas. A aquisição vai desde as estruturas básicas da fonética e fonologia até as práticas mais complexas de significação, como por exemplo, a construção de conceitos abstratos e a organização de sentenças complexas.

A Sintaxe se divide em quatro subtópicos, cada uma com seu objetivo e perspectiva específicos: i) Sintaxe Tradicional; ii) Sintaxe Estrutural; iii) Sintaxe Gerativa; e iv) Sintaxe Funcional. Iremos explicar melhor cada uma delas a seguir.

5.1.1 Sintaxe Tradicional

Traz consigo um caráter normativo, por apresentar o modelo da “norma culta”. Ela se ocupa das relações entre as palavras e suas funções, tais como sujeito, predicado, complemento verbal e nominal. Sob essa concepção, a categoria frase, tem grande relevância para a alfabetização, se associando às normas da escrita: a frase é entendida como um unidade de fala, carrega uma melodia que caracteriza o fim do enunciado (seja uma interrogação ou afirmação) e, por isso, independentemente de sua construção, acaba com um sinal de pontuação.

5.1.2 Sintaxe Estrutural

Advém da corrente do Estruturalismo, fundado por Saussure no século XX. Toma como base a língua como uma estrutura linear, composta por diferentes hierarquias. Isto é, a frase é formada por suas unidades (sintagmas) relacionadas entre si (relações sintagmáticas) e hierarquicamente organizadas. A Sintaxe é traçada aqui sem levar em conta a situação social em que as estruturas linguísticas são produzidas, uma análise que recai sobre a corrente Formal.

5.1.3 Sintaxe Gerativa

Como vimos, nos Estados Unidos, a partir da década de 1960, a Teoria Gerativa - Gramática Gerativa - de Noam Chomsky ganhou destaque. Ele considerava a língua como um conhecimento construído a partir da faculdade da linguagem, um módulo linguístico em nossa mente que é inato na espécie humana. Nesse modelo, a Sintaxe funciona como componente central, uma vez que reúne todos os mecanismos gramaticais desse conhecimento (entendido como competência linguística) que o falante aciona ao reconhecer, construir e interpretar as frases da língua (desempenho linguístico). A Sintaxe Gerativa vai, portanto, considerar a língua como uma realidade abstrata, desvinculada de fatores históricos e sociais.

5.1.4 Sintaxe Funcional

É a responsável por conceber a língua como instrumento de interação social, e tem como componentes centrais o discurso e a semântica. Para o funcionalismo, a língua representa as categorias sociais e cognitivas em sua estrutura gramatical, por isso, toma como objeto a competência comunicativa e os usos linguísticos, entendidos como produção, socialmente contextualizada, das estruturas linguísticas.

O linguista francês, Antoine Meillet (1866-1936), mesmo sendo um dos discípulos de Saussure, enfatizava em seus textos, o caráter social e evolutivo da língua:

Por ser a língua um fato social, fato social resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social. (MEILLET, 1921 apud CALVET, 2002, p. 16).

Para ele, tais variações linguísticas são motivadas totalmente por fatores sociais.

5.2 Semântica

A semântica é uma área dentro da linguística que se dedica a explicar como o significado das palavras - que compõem um texto - funcionam juntos, formando determinados sentidos. Para além do estudo do significado das palavras e das sentenças, entende-se que a habilidade linguística (competência) do ser humano é baseada em conhecimento que o falante tem sobre a língua e sobre o mundo (conhecimento enciclopédico).

A Semântica que estamos usando como base neste trabalho é a formal. Essa considera como uma propriedade central das línguas humanas falar sobre objetos, indivíduos, fatos, eventos, propriedades, descritos como externos à própria língua. Assim, a referencialidade é

tomada como uma de suas propriedades fundamentais. Por esta razão, aqui está presente a relação entre a linguagem de um lado, e, por outro, aquilo sobre o qual a linguagem fala.

Este 'mundo' sobre o qual falamos quando usamos a linguagem pode ser tomado como o mundo real, parte dele, ou mesmo outros mundos ficcionais ou hipotéticos. Conhecer o significado de uma sentença, dentro deste paradigma, é conhecer suas condições de verdade.

A Semântica Formal, dentro dos estudos linguísticos, é uma disciplina que se vale dos princípios da lógica e da linguagem matemática para descrever o significado das expressões das línguas naturais, verificar a validade de argumentos lógicos, estabelecer teoremas e deduzir conclusões a partir de premissas. Baseada em modelos formais que são utilizados para representar as relações entre as proposições e os seus sentidos, ela procura desenvolver explicações a partir de um conjunto de regras bem definidas e precisas.

Além disso, a semântica formal também é aplicada em áreas como ciência da computação, inteligência artificial e linguística, onde a representação formal do significado das expressões é de grande importância. Em todas essas áreas, o objetivo da semântica formal é fornecer um conjunto de regras e técnicas que permitam a interpretação precisa e consistente das expressões formais, de modo a facilitar a realização de inferências e a compreensão do significado das proposições expressas. Para ilustrar esses raciocínios de lógica, pensamos no seguinte exemplo:

- (6). a. João está na festa, Maria não está
 b. João está na festa
-
- c. Maria não está na festa

A divisão entre essas sentenças ocorre, porque separa as conclusões que podemos tirar das frases, por exemplo, a sentença (6) diz que João está na festa, mas em contrapartida Maria não está, o que interfere diretamente na sentença (6c).

Há muitas semânticas (Ferrarezi e Basso 2013), ou seja, há muitas formas de se abordar como conseguimos comunicar sentidos e significados. É mister que o leitor entenda que há duas dimensões implicadas na semântica: o *sentido* e o *significado*. De um modo geral, o sentido é a relação entre linguagem e mundo. Por exemplo, enquanto a palavra “cadeira” se refere ao objeto no mundo sensível, podemos dizer a alguém: “Traga-me uma cadeira, por favor” e esperar que nosso interlocutor execute essa ação em vez de trazer uma “caneta”. O que seria diferente de,

em uma conversa entre duas pessoas, que comentam a posse de um novo membro da Academia Brasileira de Letras ao enunciar que “Fulano toma posse da cadeira Castro Alves”, significando que a cadeira tem um nome metonímico do seu patrono. Então, “cadeira” passa a ter um significado diferente de seu sentido original neste contexto específico.

Assim, uma frase como “A Terra é redonda” tem como sentido o seu valor de verdade, ou seja, essa asserção pode ser verdadeira ou falsa, e até o momento os dados científicos demonstraram que sim, ela é redonda, ou melhor, geoide. Ou seja, o sentido de uma sentença é a sua condição de ser verdadeira ou falsa em um determinado estado de coisas. Se as pessoas que usam essa sentença (“A Terra é redonda”) em um suposto mundo em que a Terra seja plana, isso significa que o conteúdo dessa sentença é falso.

É importante observarmos que a investigação linguística do significado interage com outros traços linguísticos, além de processos específicos da área da linguística, como por exemplo:

- (44) a. Você quer viajar comigo, né?!
- b. Não! (Responde o interlocutor com uma expressão e entonação que dizem o contrário).

Esse exemplo mostra que o sistema linguístico nos permite a interpretação do diálogo (44), em que o item lexical⁸ permitiria que interpretamos a resposta de maneira oposta, ao invés de ser uma negativa, na verdade é uma afirmativa. Então, como o falante (44a) consegue entender o que o falante (44b) está querendo dizer? Bem, isso se deve a fatores extralinguísticos, como a entonação, sua expressão facial e até mesmo gestos que a pessoa possa ter apresentado faz com que temos essa habilidade de perceber quando as pessoas dizem uma coisa e na verdade estão querendo dizer ao contrário, sendo um conhecimento pragmático do falante.

Outro exemplo seria, em uma briga de casal, a esposa diz:

- (45) Faz o que você achar melhor

Ao dizer isso, obviamente pela entonação e pela expressão que ela está fazendo, na verdade ela está querendo que o seu interlocutor faça o que ela pediu e não ao contrário. Com

⁸ Lexical: relativo a vocabulário; léxico.

isso, entramos no campo da prosódia⁹ e da expressão corporal. O intuito desses exemplos é deixar claro que nem sempre o sistema semântico é o único e total responsável pelo significado, pelo contrário, em diversas situações o sistema semântico tem o seu significado alterado por outros sistemas cognitivos para reforçar ou compreender melhor o significado.

Dentro desses outros aspectos linguísticos, o que mais vem sendo explorado é que em alguns aspectos do significado são explicados em termos das intenções dos falantes, ou seja, dentro das teorias da pragmática. Essas teorias ajudam a explicar como as pessoas fazem para significar mais do que está sendo dito e através desses estudos que as ações intencionais¹⁰ dos interlocutores. Exemplo:

(46) Seu telefone está tocando

Há duas pessoas dentro de um carro em movimento e uma delas está com o telefone tocando, a outra reproduz a sentença (46) com o intuito de avisar a outra, para que ela tenha a ação de atender o telefone ou parar o barulho, mas com o intuito de alerta, a implicatura nessa situação é "+> atenda ao telefone".

Em contrapartida, na segunda situação: você está dentro de uma sala de aula e está no meio de uma explicação do professor e seu celular começa a tocar, um colega do lado reproduz a sentença (46), mas dessa vez, a intenção é de repreensão para que ele faça silêncio e pare de atrapalhar a aula.

É importante lembrar que as sentenças passam a ter sentido em relação também a outros sentidos expressos por outras sentenças. Por exemplo, o fenômeno do acarretamento é um “nexo lógico” que pode ser estabelecido entre sentenças distintas. Dentro da Semântica, podemos entender melhor como ocorrem os acarretamentos. Lembramos que, conforme proposto na sessão de Pressuposições, não é somente o acarretamento que configura os afazeres da Semântica. Essa distinção se faz presente em:

(47) João é irmão de Maria.

|| Maria é irmã de João

⁹ Prosódia: parte da gramática tradicional que se dedica às características da emissão dos sons da fala, como o acento e a entoação. Ger. está relacionada com os estudos de metrificação.

¹⁰ Diferente de “intencionais”. “Intenção” diz respeito a um propósito, deliberação, enquanto “intensão”, para a semântica, designa o conceito ou significado de uma expressão.

Nesse caso, uma sentença acarreta a outra, já no exemplo seguinte:

(48) Sou mais velho que o irmão da Maria.

>> Maria tem um irmão

Desse modo, podemos estabelecer que acarretamento é uma relação do tipo parte-todo, em que o significado de uma sentença qualquer contém em si o significado de uma outra sentença. Nesse caso, se diz que a primeira sentença acarreta a segunda (e a segunda é acarretada pela primeira). Na Semântica Formal, essa relação é caracterizada da seguinte forma: A acarreta B se e somente se a veracidade de A levar necessariamente à veracidade de B. Exemplo:

(49) a. João quebrou o vaso

b. O vaso quebrou.

Se é verdade que João quebrou o vaso, é necessariamente verdade que o vaso quebrou. Consequentemente, podemos afirmar que a sentença (49.a) acarreta a sentença (49.b), porque a informação de (b) está contida em (a); ou porque se (a) é verdade, (b) também é verdade. Se a sentença (49.b) fosse negada, tornar-se-ia contraditória à sentença (49.a): como poderíamos afirmar que João quebrou o vaso, se o vaso não quebrou?

Com os exemplos acima, podemos identificar o contraste existente entre a pressuposição e o acarretamento. A primeira é percebida como uma relação semântico-pragmática, diferentemente dos acarretamentos, no qual as inferências se baseiam exclusivamente no sentido literal, ou seja, Trata-se de uma relação estritamente semântica. É importante identificar as relações de acarretamento, principalmente porque é uma propriedade semântica real que faz parte do conhecimento linguístico de qualquer falante da língua, e reconhecer a sua existência faz parte de qualquer descrição da linguagem. E segundo, o acarretamento também serve como diagnóstico para identificar outras propriedades existentes na linguagem, funcionando como uma ferramenta útil para auxiliar em outras descrições semânticas, sintáticas e morfológicas.

5.3 Pragmática

A pragmática é o estudo da linguagem em contexto, ou seja, como as pessoas a utilizam em situações reais de comunicação, com objetivos comunicativos específicos, como persuadir, informar, questionar, cumprimentar ou solicitar algo. A pragmática também se preocupa com a interpretação dos significados implícitos ou subjacentes nas mensagens comunicadas. Por exemplo, um discurso pode ter um significado literal, mas também pode ter uma intenção subjacente que não é expressa diretamente nas palavras utilizadas.

Além disso, a pragmática considera a influência de fatores externos, como o contexto social e cultural, na compreensão e produção da linguagem. Esses fatores podem influenciar a escolha de palavras, a forma como a informação é organizada e transmitida e a interpretação das mensagens.

Algumas das aplicações práticas da pragmática incluem:

- Ensino de línguas: Ajuda os alunos a entender como a linguagem é usada em situações reais de comunicação. Por exemplo, um professor pode ensinar aos alunos como cumprimentar alguém em diferentes contextos (formal ou informal).
- Comunicação intercultural: Os falantes de diferentes línguas podem ter expectativas diferentes sobre como a linguagem deve ser usada em diferentes contextos. Por exemplo, um gesto ou tom de voz pode ser interpretado de maneiras diferentes em culturas diferentes.
- Comunicação em negócios: A escolha das palavras, a organização das informações e a interpretação dos significados implícitos podem ter um impacto significativo nas relações comerciais.
- Análise de Discurso: A AD busca entender como a linguagem é usada para construir significados em diferentes contextos. A análise pragmática pode ajudar a identificar os objetivos comunicativos de um discurso, bem como as implicações sociais e políticas.

Em resumo, a pragmática se concentra em como a linguagem é usada em situações reais de comunicação e como o contexto afeta a interpretação e a produção da linguagem.

Com isso, o pragmaticista tem como desafio compreender traços e elementos extralinguísticos como a intenção dos falantes, entretanto tem uma base teórica suficiente para descrever tais fenômenos utilizando a Pragmática.

- (50) a. Finalmente vou matar a minha fome
 b. Se continuar assim, não é só sua fome que você vai matar

Nessas duas frases, fica claro que eles conversam entre si e que o falante em (50.a) está falando metaforicamente o verbo “matar”, pois ninguém foi ferido na realidade e, em contraponto, quando o falante em (50.b) diz “não é só sua fome que você vai matar” ele se refere aos maus hábitos alimentares do colega, querendo dizer que com sua má alimentação poderá ter problemas de saúde e com isso acabar com sua vida.

A partir dos exemplos apresentados, podemos entender como a pragmática está interessada na interpretação dos significados implícitos ou subjacentes nas mensagens comunicadas, levando em conta o contexto social e cultural em que a comunicação ocorre. No exemplo (50.a), o significado literal da frase é que o falante está com fome e pretende satisfazer essa necessidade. Já no exemplo (50.b), o significado literal da frase é que se a pessoa continuar com seus maus hábitos alimentares, ela poderá ter problemas de saúde.

Assim, a pragmática é uma área importante dentro das aplicações de teorias linguísticas, pois permite entender como a linguagem é usada em diferentes contextos comunicativos e como a interpretação dos significados depende desses contextos. Isso pode ter implicações práticas em várias áreas, como ensino de línguas, comunicação intercultural, comunicação em negócios e análise de discurso.

Essencialmente, na comunicação o contexto é determinante para a interpretação da mensagem transmitida. A compreensão da mensagem depende, sobretudo, das condições de domínio da linguagem do interlocutor e do conjunto de conhecimentos linguísticos e extralinguísticos. São esses conhecimentos que permitem a adaptação daquilo que pode ser dito, se a frase se trata de um pedido, uma pergunta, uma afirmação, um pedido de socorro e entre outros. Ele é, pois, importante na hora de transmitir a mensagem, já que a depender da situação, pode-se usar várias formas de falar o que se pretende. A capacidade de entender qual foi a intenção do locutor é chamada competência gramatical.

Entrando no âmbito dos Atos de Fala ou Atos Illocutórios - anteriormente detalhados neste trabalho -, na maioria das vezes, têm objetivos precisos. Um enunciado pode emitir juízo, expressar emoções, levar alguém a fazer algo, legitimar a realidade ou até criar realidade nova. Portanto, a linguagem tem uma função social. Para avaliar os atos de fala é necessário que se atenha ao respectivo contexto de produção, à relação dos interlocutores, o espaço e o tempo, a referência do que é dito.

O contexto no qual a comunicação está inserida é essencial para a interpretação da mensagem transmitida. A teoria dos Atos de Fala desenvolvida pelo inglês John Langshaw Austin (1911-1960), se concentra na análise das intenções comunicativas por trás das expressões linguísticas. Essa teoria ajuda a entender como a linguagem é usada para realizar diferentes tipos de atos, como fazer promessas, dar ordens, fazer pedidos, entre outros - enunciados performativos.

Como visto em outro tópico do trabalho, Austin (1962) distinguiu os enunciados constativos dos performativos. O primeiro serve para descrever ou relatar o estado das coisas. Eles podem assumir caráter verdadeiro ou falso - se sustentam no mundo real. Já os segundos realizam a ação denotada pelo verbo no momento em que são proferidos. Não servem para descrever nada, mas sim para executar atos (ato de batizar, condenar, perdoar, abrir uma sessão, etc.). Nesse sentido, dizer algo é fazer algo. Com efeito, dizer, por exemplo: “Declaro aberta a sessão”, não é informar sobre a abertura da sessão, é abrir a sessão.

No entanto, o simples fato de proferir um enunciado performativo não garante a sua realização. Para que um enunciado performativo seja bem-sucedido, ou seja, para que a ação por ele designada seja de fato realizada, é preciso que as circunstâncias sejam adequadas. Um enunciado performativo pronunciado em circunstâncias inadequadas não é falso, mas sim nulo, sem efeito: ele simplesmente fracassa. Assim, por exemplo: se um faxineiro - e não o presidente da câmara - diz “Declaro aberta a sessão” o performativo não se realiza - isto é, a sessão não se abre - porque o faxineiro não tem poder ou autoridade para abrir a sessão. O enunciado é nulo, sem efeito.

No contexto jurídico, a teoria dos atos de fala pode ser útil na análise de depoimentos, já que esses depoimentos geralmente contêm declarações que podem ser consideradas como atos de fala específicos. Por exemplo, um depoimento pode conter uma promessa de dizer a verdade, uma afirmação de culpa ou inocência, uma acusação de outro indivíduo ou uma justificativa para uma ação.

Em resumo, a teoria dos atos de fala pode ser útil na análise de depoimentos jurídicos, permitindo a identificação das intenções comunicativas por trás das declarações e ajudando a evitar possíveis ambiguidades ou mal-entendidos na interpretação do depoimento.

Aos critérios que precisam ser satisfeitos para que um enunciado performativo seja bem-sucedido, segundo Austin (1965), são:

- Falante deve ter autoridade para executar o ato - deve-se observar a realidade social do locutor ao proferir um discurso sobre determinado tema.

- As circunstâncias em que as palavras são proferidas devem ser apropriadas - se o presidente da câmara declara aberta a sessão, sozinho, em sua casa, o performativo não se realiza, porque não está sendo enunciado nas circunstâncias apropriadas; Logo, é necessário ter reconhecimento contextual/social, lugar, momento e condições em que o depoimento foi dado e as intenções comunicativas por trás das declarações feitas.

Além desses, o critério gramatical colocado inicialmente por Austin - o verbo deve estar na primeira pessoa do singular do presente do indicativo -, enfrentou alguns problemas. O inglês pôde perceber que há algumas exceções, como por exemplo o emprego dos verbos “proibir”, “autorizar” e “convidar”. Ambos não precisam estar nas condições gramaticais indicadas para ser um enunciado performativo: “É proibido consumir bebidas alcóolicas antes de dirigir”. Para mais, nem todo enunciado dentro desse parâmetro gramatical é performativo: “eu vou para a escola de segunda à sexta-feira”. Nesse exemplo, o ato de “ir à escola” não se realiza ao se enunciar tal sentença.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo lidar com o fenômeno da “ambiguidade” e “pressuposição” sob a perspectiva da Linguística Forense. Buscando responder às questões feitas inicialmente: qual o papel da Linguística Forense explorando os conceitos da ambiguidade e pressuposição? E uma análise linguística sobre proferimentos ambíguos e pressupostos, é capaz de auxiliar autoridades na tomada de decisões em julgamentos?

A resposta para a primeira questão é que, o papel seria de apoio a casos em que se tenha poucas pistas, como em casos de suicídios por exemplo, através da linguística forense, poderiam comparar textos antigos, frases soltas através de conversas com pessoas próximas, tanto escrito, quanto faladas, traçar um comportamento comum e encontrar um padrão vício de linguagem, identificando o que a pessoa realmente pretendia cometer tal ato. Como foi dito ao escrever o tópico sobre linguística forense, cada indivíduo possui sua própria maneira de escrever, servindo como traço único e sendo nossa impressão digital.

Sendo esse o motivo também, para identificação de plágios, pois através de comparações, sabemos dizer se foi pessoa x que escreveu ou se copiou de pessoa y. Utilizando as teorias sobre ambiguidade e pressuposição, apresentamos exemplos em que comprovamos a eficácia de que a linguística forense, ajudaria em diversos casos criminais, civil, entre outros, através de perguntas de “sim” ou “não”, atos de fala e acionadores de implicatura conversacional.

Com isso, respondemos à segunda questão, que seria sim, através de uma análise linguística aprofundada e utilizando o embasamento teórico sobre ambiguidades e pressuposições, seríamos capaz de auxiliar as autoridades em tomadas de decisões em julgamentos/sentenças.

Essa ainda é a primeira versão deste trabalho, sabemos que ainda precisa melhorar muito para que sirva ao seu propósito, de ajudar no âmbito jurídico, por isso, pretendemos adicionar mais exemplos para mais praticidade e não tanta teoria, existem tópicos que ainda serão abordados e melhor explorados, envolvendo a linguística forense e a pragmática, com exemplos reais ou inventados. Sabemos que por se tratar de uma área um pouco delicada, não temos acesso livre a depoimentos, casos, entre outros com facilidade e com isso, nosso trabalho foi desenvolvido com exemplos criados. Para mais, servíamos primeiramente como um projeto de iniciação científica e trabalho de conclusão de curso, para embasamentos teóricos e teorias, acabando se tornando um material com o propósito de ajudar a sociedade a aplicar conceitos, que não estão somente na área jurídica, mas sim em outras áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- A AMBIGUIDADE. Sobre o português. 2011. Disponível em: <<http://sobreasletras.blogspot.com.br/2011/05/ambiguidade.html>>. Acesso em: 28 de março de 2021
- ALMEIDA, D. C. COULTHARD, M. SOUSA-SILVA, R. (Eds.). *Perspectivas em Linguística Forense*. Campinas: IEL/UNICAMP, 2020.
- ARMENGAUD, F. *A pragmática*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006, 160p.
- AUSTIN, John L. *How to do Things with words*. New York: Oxford University Press, 1965.
- BRINCADEIRA EM JURAMENTO DA PUC-RIO ATRASA FORMATURA DE ALUNOS. 2013. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/04/19/brincadeira-em-juramento-da-puc-rio-atrasa-formatura-de-alunos.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 14 de abril de 2023.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. 4. edição, Campinas: Pontes. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995. Volumes I e II.
- BLOOMFIELD, Leonard. *An introduction to the study of language*. p. 1-383, 1983.
- BROWN, P., & LEVINSON, S. C. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge University Press, 1987
- CALVET, L. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- CANÇADO, M. *Curso de introdução à semântica*. Universidade Federal de Minas Gerais, 1999 (mimeo).
- CANÇADO, M. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Contexto, 2008.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- EVERETT, DANIEL L. *Linguagem: a história da maior invenção da humanidade*. Editora Contexto, 2019.
- FERREIRA, V. S., & DELL, G. S. *Effect of ambiguity and lexical availability on syntactic and lexical production*. *Cognitive psychology*, v. 40, n. 4, p. 296-340, 2000.
- FERRAREZI J. C. BASSO, R. M. (EDS.). *Semântica, semânticas: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2013.
- FREGE, G. (1952). *On sense and reference*. In P.T. Geach e M. Black (orgs.), *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell, pp. 56-78.

(Originalmente publicado em 1892, como *Über Sinn und Bedeutung*. In: *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, 100, 25-50.)

FROTA, M. P. *A interpretação na análise do discurso e nos estudos da tradução*. In: FERREIRA, M. C. & INDURSKY, F. (orgs). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, [2005] 2007, p.391-400.

GRICE H.P. *Logic and conversation*. In: COLE, P.; MORGAN, J.L. (Ed.). *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, 1975. v. 3. p. 43.

ILARI, R. *Introdução à Semântica: brincando com a gramática*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ILARI, R. *Semântica e pragmática: duas formas de descrever e explicar os fenômenos da significação*. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.9, n.1, p. 109-162, jan./jun. 2000.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF FORENSIC LINGUISTICS. Disponível em: <<http://www.iafl.org/>>. Acesso em: 04/04/2014.

KAPLAN, D. *Demonstratives: An essay on the semantics, logic, metaphysics, and epistemology of demonstratives and other indexicals*. In: ALMOG, J.; PERRY, J. WETTSTEIN, H. (Ed.). *Themes from Kaplan*. New York: Oxford University Press. 1989, 481– 563.

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. University of Pennsylvania press, 1973.

LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge Textbooks in Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press, 1983

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. In: *Novas tendências em análise do discurso*. 1997. p. 239-239.

MASSINI-CAGLIARI, G. *Sobre o Status Morfofonológico e Prosódico das Formas Futuras em Português Arcaico (On the Morpho-Phonological and Prosodical Status of The Future Form in Archaic Portuguese)*. *Estudos da Língua (gem)*, v. 3, n. 1, p. 91-104, 2006.

MOURA, H. M. M. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. – 3ª ed. – Florianópolis: Insular, 2006.

OLIVEIRA, R. P. *Semântica formal: uma breve introdução*. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

RAJAGOPALAN, K. *Linguística Textual e Pragmática: Texto, contexto e pretexto*. In: SOUZA, E. PENHAVEL. E.; CINTRA, M. *Linguística Textual: interfaces e delimitações. Homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch*. São Paulo: Cortez, 2018,. p. 233-257.

RIZZI, L. *Negation, wh-movement, and the null subject parameter*. *An Annotated Syntax Reader*, v. 169, 1982.

SAUSSURE, E. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1981.

SILVA, T. C. *Fonética e Fonologia do Português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SOUZA, Rogério. *Atividade prática sobre pressupostos e implícitos: Análise de textos*. São Paulo, 2013. Disponível em: Acesso em: 13 set. de 2013.

TEIXEIRA, L. R., & Basso, R. M. *Verbos meteorológicos, indexicais e monstros espaciais*. Cadernos de Estudos Linguísticos, v. 55, n. 2, p. 107-127, 2013.

TEIXEIRA, L. R. *Indexicais e operadores-monstros no Português Brasileiro*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2012.